

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de junho 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Há aqui um requerimento assinado por mais de 21 Srs Deputados.

(Lê) “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: mensagem nº 4.876/2014, requerimento de urgência nº 8.173/2014 para o projeto de lei complementar nº 120/2014 e requerimento de urgência nº 8.174/2014 para o projeto de lei nº 20.859/2014, todos do Poder Executivo.*”

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, segundo o Art. 41 do Regimento Interno da Casa,

(Lê)

“Ao Presidente da Assembleia compete, além de outras atribuições previstas na Constituição do Estado e neste Regimento:

I - zelar pelas prerrogativas e o bom nome da Assembleia Legislativa, bem como pelos direitos e imunidade dos Deputados;”

Dito isso, Sr. Presidente, agora eu gostaria de ler aqui o que V.Ex^a afirmou na imprensa.

(Lê) *“Gaban só é deputado hoje por causa dos deputados do governo Jaques Wagner. Ele não foi eleito pelo povo. Foi derrotado pelo povo. Só respondo a deputado que tem mandato. Gaban deveria ter a grandeza de saber perder. O que ele queria que eu fizesse? Que eu mandasse o deputado tirar a roupa, para ver se alguém estava com celular?”*

Sr. Presidente, primeiro, acho que V.Ex^a deveria zelar pelo Poder Legislativo não só de outros pontos de vista, mas também regimentalmente, e ter um mínimo de consideração comigo. Eu fui presidente desta Casa. Quando presidente, em nenhum momento ataquei nenhum deputado, porque era meu dever preservar a Casa. Não sou, Sr. Presidente, sem mandato. Como é que eu recebo?! Sou funcionário fantasma?! Tomei posse no seu gabinete. Não sou funcionário fantasma, não! Senão V.Ex^a estaria prevaricando, pagando-me salário indevido. Não me sinto derrotado, não, Sr. Presidente. Sinto-me extremamente vitorioso.

Quando me candidatei - e a Oposição nesta Casa indicou o meu nome porque entendeu que eu teria todas as condições de representar bem o Poder Legislativo no Tribunal de Contas do Estado -, o fiz, Sr. Presidente, apenas para marcar posição de que o que deve ser prerrogativa do Poder Legislativo não deve ser confrontado.

Gostaria de lembrá-lo, Sr. Presidente, que nos seus momentos difíceis, como por exemplo com Rita Tourinho, do Ministério Público, que está investigando esta Assembleia Legislativa, V.Ex^a pediu a minha ajuda para ir conversar com a equipe dela lá no MP. E eu fui para ajudar o Poder Legislativo.

E quando V.Ex^a teve problemas agora com o Tribunal de Contas do Estado, que está querendo tirar as diárias dos deputados, pediu a ajuda do deputado Paulo Azi.

Quando disse aqui que entraria com uma representação - extrapolando as suas funções como presidente - no Conselho de Ética contra dois membros da Oposição, os deputados Elmar Nascimento e Paulo Azi, V.Ex^a o fez neste Plenário, mas mandou mensagem para Azi dizendo que o assunto estava encerrado.

Não é assim que se faz uma Presidência. Não é assim, prezado presidente Marcelo Nilo. Tenho mandato, sim. Se fiquei na suplência, tenho de honrar os votos daqueles que me deram. Estou aqui neste Parlamento representando quase 40 mil eleitores.

Repito: sou deputado com mandato! Se estou aqui agora - antes estava na suplência -, é também porque respeito, de maneira correta, o que determina o Art. 71 da Constituição do Estado, que diz ser prerrogativa do Poder Legislativo indicar conselheiros. Quando indicou o prezado amigo e companheiro Gildásio Penedo, que tem todas as prerrogativas para bem representar o Poder Legislativo, ele teve a unanimidade dos votos dos deputados que então estavam na Casa.

Não estou aqui como primeiro suplente, estou com mandato. V.Ex^a não pode dizer que não tenho mandato. Não sou funcionário fantasma do Poder Legislativo. Tenho recebido meu contracheque e estado aqui todos os dias, Sr. Presidente.

O senhor não entende o que falo. No mínimo foi deselegante e desleal com um deputado que, nos momentos em que V.Ex^a precisou, esteve ao seu lado. Numa briga pessoal sua com um radialista aí, pediu apoio. Nós todos fomos ao seu gabinete. Quando tive o mesmo problema com esse radialista, não pedi apoio ao Poder Legislativo. Fiquei um ano esperando até a Justiça determinar que eu tinha razão. O que ele falava era inverdade.

V.Ex^a descumpriu o Art. 41 do Regimento Interno, que é para preservar a imagem e as prerrogativas do Poder e dos deputados. Fico muito triste, Sr. Presidente. Muito triste! Acho que é um fim lamentável, depois do que ocorreu naquela sessão, V.Ex^a ir à imprensa dizer que só respeita quem tem mandato...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Tenho mandato, sim. E honro o mandato que tenho e vou exercê-lo com todas as minhas forças porque assim quiseram em torno de 40 mil pessoas que me elegeram deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. Gaban:- Deputado suplente ou não, está aí...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O tempo de V.Ex^a já se esgotou.

O Sr. Gaban:- Não pode, porque V.Ex^a ontem disse que interpreta o Regimento como quer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o seu tempo já se esgotou. Por favor, gostaria que concluísse.

O Sr. Gaban:- Está concluído.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, primeiro, não responderei a V.Ex^a, pois o Regimento não permite deputado discutir com o presidente. Mas, em consideração aos pares...

O Sr. Gaban:- Não estou discutindo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado falou, e eu o ouvi. Vamos ter um mínimo de educação, e sei que V.Ex^a tem. Fale quantas vezes quiser ali, é um direito seu.

O Sr. Gaban:- Voltarei a falar lá.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, não disse em nenhum momento que V.Ex^a foi deputado fantasma. Eu não disse. Apenas lhe respondi, pois me chamou de autoritário, truculento. Criticou-me fortemente, o que é um direito seu. Eu disse o fato. V.Ex^a foi derrotado pelo povo da Bahia e está aqui não por ele, mas sim pelos deputados e pelo governador Jaques Wagner. Foi isso que eu disse. Pelo contrário, disse também que é um parlamentar atuante. E que V.Ex^a inclusive...

(O deputado Gaban entrega a reportagem ao presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a falou, e eu o ouvi pacientemente. Vamos ter agora um mínimo de educação para ouvir as pessoas.

Eu disse, depois de lhe responder, que reagi dizendo fatos verdadeiros. Primeiro, V.Ex^a não está aqui por ter sido eleito pelo povo da Bahia. Foi derrotado pelo povo da Bahia. Segundo, está aqui por decisão destes pares e pelo governador Jaques Wagner. Não faço nenhuma crítica, falo os fatos. Disse a todos os jornalistas que me perguntaram que V.Ex^a neste mandato tem feito um excelente trabalho. Se pegar a gravação da *TV Bahia* na íntegra, verá que eu disse que o senhor ganhou o título de um dos melhores deputados justamente, fazendo justiça ao seu mandato. Não fiz nenhuma crítica, apenas disse um fato.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a disse que eu não tenho mandato.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu disse um fato. Eu disse um fato. Eu disse um fato, deputado. V.Ex^a não foi eleito pelo povo da Bahia. Foi derrotado pelo povo da Bahia.

O Sr. Gaban:- Eu estou aqui como?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não estou entrando no mérito. V.Ex^a falou, e eu o ouvi pacientemente. Espero também que me ouça. Não estou entrando no mérito. Estou contando um fato. V.Ex^a foi derrotado pelo povo da Bahia. Ponto! Segundo, está aqui por decisão desta Casa. Ponto! E, terceiro, pela decisão do governador Jaques Wagner. Ponto! Mas eu disse igualmente que tem sido um excelente deputado.

Quarto, não lhe pedi para ir comigo à procuradora Rita Tourinho...

O Sr. Gaban:- Ah, é?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi V.Ex^a que se ofereceu. V.Ex^a se ofereceu.

O Sr. Gaban:- Ah, é?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O senhor é que se ofereceu. Não o convidei. Ofereceu-se. Eu disse ótimo! Já que diz ter uma relação muito boa com a procuradora Rita Tourinho, eu disse ótimo!

O Sr. Gaban:- Ah, é?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não o convidei. Foi V.Ex^a que se ofereceu.

Quinto, se o deputado Paulo Azi lhe passa uma mensagem que mandei para ele - certo ? -, é só V.Ex^a ler, pois em nenhum momento retiro o que eu disse. A mensagem, só o deputado Paulo Azi tornaria pública. Nunca passei mensagens que recebo de um colega para ninguém. Se ele passou, sinto muito. Não imaginei que uma mensagem que enviei ao deputado Paulo Azi fosse passada por ele ao senhor.

Não lhe fiz nenhuma crítica, apenas contei fatos. V.Ex^a foi derrotado pelo povo da Bahia? Foi. Foi eleito pelos deputados? Foi. Só está aqui porque o governador Jaques Wagner sancionou para Gildásio Penedo ir para o Tribunal de Contas. É um fato. Eu não estou entrando no mérito.

Quero reafirmar o que disse para toda a imprensa. Eu dei entrevista ao Evilásio, do *Bahia Notícias*, ao Luiz Fernando, do *Bocão News*, e à *TV Bahia*, na qual inclusive há parentes de V.Ex^a...

O Sr. Gaban:- Meus, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não?! Parentes de V.Ex^a. Pegue a entrevista na íntegra. Pelo contrário, elogiei V.Ex^a, porque V.Ex^a tem sido um bom parlamentar, excelente parlamentar, tanto é que a imprensa o elegeu como melhor deputado. Não fiz nenhuma crítica, apenas contei o fato.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, tenho acompanhado os fatos desde aquela sessão em que aconteceram aqueles episódios, e a minha opinião já coloquei para o deputado Paulo Azi e para o deputado Elmar Nascimento.

Acho, deputado Gaban, que nós, neste momento, deveríamos tentar construir uma relação de convivência nesta Casa, superando esse episódio. Não foi o presidente Marcelo Nilo que propôs qualquer tipo de retirada de posicionamento. Fui eu que conversei com o deputado Elmar Nascimento e disse que deveríamos encerrar, que não fazia sentido continuarmos nessas tensões. Com relação à Comissão de Ética, disse-lhe que achava que não deveríamos fazer isso. Não foi iniciativa do presidente Marcelo Nilo, foi eu quem tomou a iniciativa, conversei com o deputado Elmar Nascimento e passei as minhas ponderações para o presidente Marcelo Nilo, para não ficar aqui com o disse-me-disse.

Outra coisa, a imprensa tem o papel dela. Ela não bota tudo, bota parte das informações. Certamente, tenho convicção, pois presenciei quando o deputado Marcelo Nilo deu a entrevista e falou, inclusive, do seu papel como parlamentar. É lógico que a imprensa fez um recorte da informação e colocou apenas essa questão,

deputado Carlos Gaban, com relação à assunção de V.Ex^a aqui nesta Casa, neste mandato.

Acho que cada um está cumprindo com o seu papel e a minha ponderação, nesse sentido, é que superemos isso. Acho que há um questionamento de V.Ex^a com relação àquela sessão, é um direito de V.Ex^a levantar isso juridicamente, se assim desejar, mas acho que devemos superar isso, tocar as questões da Casa.

É apenas uma sugestão, não há obrigação, mas como Casa, acho que podemos restabelecer... Digo isso porque as repercussões não têm sido boas para o Parlamento, de todos os lados. Hoje, a manchete do jornal *O Globo*, as manchetes dos jornais do Sul da Bahia, são de um episódio que aconteceu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ontem, e embaixo dizem “é por isso que o Parlamento está nessa queda e tal...”.

Por isso, a minha ponderação é no sentido de congelarmos essas questões, tocarmos o debate para frente. Talvez possamos fazer esse debate na Mesa da Casa, de uma forma mais interna, sobre os episódios. Acho que devemos buscar uma saída sem criar constrangimento para a Casa.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Primeiro, presidente, gostaria de dizer que eu não sabia, efetivamente, que o Poder Legislativo tinha o poder de colocar aqui um deputado que não teve voto do povo da Bahia. Essa prerrogativa do Poder Legislativo não consta nem na Constituição do Estado nem na Constituição federal. Acredito que, se aqui estou, é porque tive votos necessários para ficar honrosamente na primeira suplência do meu grupo político, e depois vim para cá porque o Poder Legislativo, dentro da prerrogativa do artigo 71 da Constituição do Estado, elegeu um deputado estadual para ir para o Tribunal de Contas.

Segundo: a afirmativa de V.Ex^a, não quero entrar no mérito, e V.Ex^a não disse ainda aqui, mas afirmou tanto ao *Bocão News* quanto ao *Bahia Notícia*, que “Gaban não foi eleito pelo povo. Só respondo a deputado que tem mandato”. Se não tenho mandato, como estou tendo condições de utilizar este microfone neste momento e em todos os posicionamentos que tive nesta Casa, presidente.

Eu estranho muito essa atitude, porque até então, Sr. Presidente – acho que V.Ex^a é testemunha – eu sou um dos deputados que menos frequenta o seu gabinete, não porque eu não lhe tenha respeito, muito pelo contrário, sempre tivemos... No passado tivemos brigas dentro deste Plenário, que foram superadas, felizmente. Sempre nos tratamos mutuamente com todo o respeito que todos os deputados merecem.

Respondendo a V.Ex^a, deputado Rosemberg Pinto, eu acho que temos de ter

um bom relacionamento aqui, independentemente de posições políticas e partidárias. Agora, ir gratuitamente à imprensa dizer que eu não tenho mandato, Sr. Presidente. V.Ex^a está desrespeitando, repito, não só um colega seu, mas aquele que sempre o respeitou. Se V.Ex^a perguntar para mim, não vou entrar no mérito se me convidou ou não... A qualquer momento que o Poder Legislativo precisar, V.Ex^a vai contar comigo, sim, porque sou um deputado estadual e adoro este Poder Legislativo. Eu adoro, Sr. Presidente. Qualquer dificuldade que houver, em qualquer instância, que precisar da minha colaboração, eu darei, sim, porque estarei ajudando o Poder que eu faço parte. Agora, não posso ajudar um Poder se, segundo V.Ex^a, eu não tenho um mandato. O que eu estou fazendo aqui, Sr. Presidente, se não tenho um mandato?

Essas são as considerações que faço. Espero, Sr. Presidente, que, depois de refletir, V.Ex^a chegue à conclusão de que talvez tenha sido infeliz no que disse. Eu não acredito que V.Ex^a, do fundo do coração, tenha dito o que disse. Talvez, tenha falado isso em razão do calor que gerou a nossa manifestação, mas isso não justifica, Sr. Presidente. Acho que V.Ex^a terá a grandeza de reconhecer, se esse for o seu pensamento, o ato falho que teve.

Tenho mandato, sim! Não foram os deputados que me colocaram aqui, não! O povo da Bahia me colocou na honrosa suplência, repito, do meu grupo político. Ficar na condição de primeiro suplente do meu grupo político é uma honra para mim. E estou aqui não porque os deputados assim o quiseram, mas porque eles cumpriram o que determina, repito, o art. 71 da Constituição Federal, que diz que cabe ao Poder Legislativo indicar cinco membros para o Tribunal de Contas do Estado e para o Tribunal de Contas dos Municípios. Quando indicaram um deputado estadual...

Nós defendemos que o Poder Legislativo só pode indicar um deputado estadual ou um ex-deputado estadual, nas suas prerrogativas. Não me candidatei, Sr. Presidente, concluindo, com a esperança de ir, pois eram 47 contra 16. Eu apenas cumpri o meu papel e estou extremamente satisfeito, honrado e me sentindo vitorioso, porque, mesmo a minha Bancada tendo 16 deputados, 12 deputados da base do governo e mais cinco – considero 28 votos que tive e mais cinco – votaram em mim no primeiro turno. Ou seja, 33 deputados manifestaram o seu voto de maneira democrática e disseram não à não indicação do Poder Legislativo; disseram não a abrirmos mão da nossa prerrogativa de indicar um deputado estadual.

Essas são as ponderações que faço, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, dou esse assunto como encerrado, mas quero registrar que em nenhum momento eu disse que V.Ex^a não tem mandato. Eu não disse! Aí é responsabilidade... Jamais! O que eu disse foi que V.Ex^a foi derrotado pelo povo da Bahia e que é deputado por causa dos pares e do governador Jaques Wagner, que sancionou a indicação do deputado Gildásio Penedo

para o Tribunal de Contas do Estado. Esse assunto, para mim, está encerrado. Eu jamais...

Não ia nem responder mais a V.Ex^a, porque o Regimento Interno não permite ao presidente da Assembleia Legislativa discutir com o deputado, mas, em respeito à verdade, repito que eu não disse em nenhum momento que V.Ex^a não tem mandato. Não disse! A responsabilidade aí é do equívoco jornalístico. O que disse eu repito em alto e bom som: V.Ex^a foi derrotado pelo povo da Bahia e está aqui graças aos deputados estaduais e ao governador Jaques Wagner. Foi isso que eu disse! Agora, V.Ex^a tem os mesmos direitos que qualquer parlamentar, depois de assumir a cadeira. Repito, V.Ex^a, principalmente neste mandato, tem sido um excelente deputado. Agora, eu não retiro uma única vírgula do que eu disse.

A responsabilidade é do deputado Paulo Azi, que passou a mensagem, Não estou surpreso, porque muitas pessoas me disseram que o deputado Paulo Azi era capaz disso. Realmente, eu me surpreendi. Talvez, ele tenha sido um dos meus melhores amigos dentro desta Casa. Passei uma mensagem para ele. E, se quiser, ele pode ler a mensagem. Eu não retiro uma vírgula da mensagem.

Agora, surpreendo-me com um homem, um deputado, meu amigo, que continuará meu amigo, o deputado Paulo Azi, porque eu passei uma mensagem para ele e ele repassa a mensagem para V.Ex^a. Essa decepção, para mim, é pequena, porque o deputado Paulo Azi continua grande. Mas espero que os colegas julguem quando o presidente da Assembleia passa uma mensagem para um deputado e este mesmo deputado repassa a mensagem para os colegas. Peço, inclusive, ao deputado Paulo Azi ler as mensagens enviadas. Foram duas as mensagens. E quanto às mensagens dele, elas estão aqui quando ele me respondeu.

Trata-se de um deputado amigo, um deputado sério. Para mim, ele era um dos melhores amigos que tenho. Mas estou surpreso, porque muitos me disseram que o deputado Paulo Azi era capaz disso. Infelizmente, surpreendi-me.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou ter de me retirar.

Mas, antes, concedo uma questão de ordem ao deputado Joseildo Ramos.

(O Sr. Álvaro Gomes assoma à Presidência dos Trabalhos no lugar do Sr. Marcelo Nilo.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, agora, Álvaro Gomes, como o assunto já foi encerrado, queria ponderar o seguinte: observem quanto tempo levamos tratando de um assunto dentro de uma questão de ordem. E, para questão de ordem, há regras sobre os assuntos. Digo isso no que pese a importância do que foi levantado.

Então, nós temos uma série de questões para vencer. Sugiro não se aprofundar em discussões que terminam no campo pessoal. Agora, quanto a uma Casa Legislativa discutir essa questão? Acho que não tem nada a ver.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem da deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Sr. Presidente, serei breve.

Quero aproveitar este momento para pedir a esta Casa, inclusive, ao senhor, presidente desta sessão hoje, que retomemos a discussão do voto aberto, porque a palhaçada, o horror, a humilhação, a vergonha pelas quais passamos nesta Casa, desde a semana passada, não se podem repetir. Em meu entendimento, uma das formas, para se evitar isso, é esta Casa ter coragem de atender a um clamor da sociedade e implantar o voto aberto para todas as questões.

Muito obrigada.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, acho que seria, até, mais bonito o governo patrocinar a proposta de emenda constitucional da deputada Luiza Maia do que mandar fotografar o voto. Talvez, até, esta proposta convencesse alguns deputados da nossa Bancada. Acho pertinente este tema. Agora, ele é urgente.

A deputada Luiza Maia tem razão, porque a nossa Casa foi humilhada, desmoralizada. Seria muito mais louvável o governo patrocinar a aprovação. E o governo tem deputados para isso, pois são necessários 3/5 (três quintos) dos votos. E o governo tem 46 deputados, ou seja, muito acima disso. É muito melhor exercer a pressão para se aprovar o voto aberto. E, em discussão, pode ser, até, que ajeite. Vejam, o voto já foi aberto mesmo! Já fotografaram! Só que desmoralizaram a Casa!

Deputada Luiza Maia, associe-me a V.Ex^a. É muito melhor! V.Ex^a tem razão. É melhor aprovar a proposta de emenda constitucional do voto aberto, e não desmoralizar a Casa, do que humilhar o deputado obrigando-o a fotografar o voto. Por isso, acho o tema pertinente, urgente e deve, sim, entrar em discussão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Ok. Embora as duas questões de ordem não tenham tratado de assunto de questão de ordem, este debate pode ser feito pelos próprios parlamentares no decorrer da sessão.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará o deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Bom-dia a todos e bom-dia a todas.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Srs. Deputados, pediria a V.Ex^{as} ouvir com atenção os oradores, porque o clima está ruim e ninguém está ouvindo os argumentos do orador. Solicito ouvir com atenção os oradores, por favor.

Com a palavra o Sr. Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente, em exercício, deputado Álvaro Gomes, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, a verdade é que, nesta Casa, falamos muito e escutamos pouco. Inclusive aquilo, que os colegas falam, nenhum de nós escutamos. E eu mesmo faço parte deste coro, qual seja, daqueles que enquanto um colega fala o outro não escuta. Isso não é normal. No entanto, isso acaba sendo natural, ou seja, esta ação dos deputados no Parlamento, quanto mais agora que estamos vivendo este momento pré-Copa e este momento pré-eleitoral.

Mas quero dizer que, primeiro, precisamos ter um pouco mais de racionalidade na forma que agimos aqui nesta Casa.

O que aconteceu na noite, quase madrugada, da quarta-feira passada e o que aconteceu na tarde de ontem são exemplos a não serem seguidos por nenhum Parlamento do mundo. E, aqui, como a Casa das Leis, a Casa que cria as normas e as regras do bom viver em sociedade é o Parlamento, seja ele em âmbito nacional, estadual ou municipal. São os Parlamentos as casas que criam as regras de convivência e criam as leis e as normas que deverão ser cumpridas pela sociedade. E nós, como representantes do povo baiano, não podemos cair e deixar que se perpetuem os acontecimentos da semana passada e os acontecimentos de ontem.

Acho que precisamos ter, no mínimo, razão naquilo que é a forma da disputa. Sabemos que estamos vivenciando um momento de tensão pré-eleitoral de dois grupos políticos opostos. Há o grupo governista e este defende um projeto que transformou e mudou a Bahia para melhor. E há o grupo oposicionista e este tenta buscar o retorno ao poder maior do Estado.

Mas, temos de ter o bom senso, a razão, o respeito que são merecidos nesta Casa. Não podemos deixar que caiamos neste jogo de agressões físicas e verbais.

Hoje, inicia-se já uma sessão com problemas.

Na verdade, deputado é todo aquele que tem o mandato dado pelo povo. E, no caso do deputado Gaban, ele assumiu o mandato dado pelo povo, sim. E há Carlos Brasileiro que, também, assumirá o seu mandato, dado pelo povo, sim, com a ida de João Bonfim para o Tribunal de Contas. Então, se Carlos Brasileiro era suplente, ele, hoje, passa a ter um mandato de fato, pois este é um direito legítimo e está garantido na Constituição. Então, só precisamos ter este bom senso neste momento.

Mas, no dia de hoje, quero falar de um assunto que, para mim, significa a maior felicidade. Trata-se do Plano Nacional de Educação. Com tantas desgraças acontecidas nesta nos últimos dias, há de se louvar a aprovação, pelo Congresso Nacional, no dia de ontem, do novo PNE – Plano Nacional de Educação – que, a partir de agora, obriga o Estado brasileiro a destinar 10% do seu PIB para a educação. Hoje, o Estado brasileiro – a União, os Estados federados e os Municípios – gasta pouco mais de 5,8% do PIB com educação.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Um aparte.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- E a aprovação, ontem, das novas regras, para o Plano Nacional de Educação, vem a ser um marco na história do Brasil. Avançamos muito na educação brasileira nos últimos anos. Aliás, desde o início do governo Lula, durante 8 anos, passando pelos 4 anos do governo da excelente presidenta Dilma, muito se avançou na educação. Muito dinheiro foi gasto.

Aqui na Bahia, tínhamos, apenas, uma universidade federal. Hoje já temos seis. Serão criadas a Universidade Federal da Chapada e a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia com *campus* em Vitória da Conquista, em Jequié e, possivelmente, em Guanambi. E será mais uma inovação da educação superior em nível federal. Tínhamos, apenas, um Instituto Federal Tecnológico. Hoje, já são 37. E poderemos passar acima de 40 unidades, ainda, durante este ano. Isso mostra o respeito do governo federal e o respeito do meu governador Wagner no avanço da educação na Bahia.

(Alguns deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Avanço, sim. Deputado, nunca se investiu tanto em educação no Estado da Bahia como foi investido pelo governador Jaques Wagner.

O Sr. Elmar Nascimento:- Dê-me um aparte, deputado.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Foram 6 universidades federais que o governador Wagner trouxe para a Bahia. No último ano do governo Paulo Souto, saímos de R\$ 300 milhões investidos nas universidades estaduais. Nesse último ano, chegamos a R\$ 1 bilhão do Orçamento do Estado nas 4 universidades estaduais.

Fora esse avanço extraordinário do governo Wagner na educação do Estado, houve, também, a criação de 6 novas universidades federais trazidas para a Bahia

pela força do governador Wagner e pela força do seu secretário da Casa Civil Rui Costa. Teremos, ainda, a Universidade Federal da Chapada Diamantina e a Universidade Federal do Sudoeste. Ambas já foram anunciadas. Teremos mais essas duas universidades. Nunca se investiu tanto em educação.

Voltando ao PNE, o novo Plano Nacional de Educação é um marco na história recente do Brasil. Primeiro, quando a presidenta destina 75% da riqueza trilionária do Pré-Sal para a educação no Brasil. Isso já foi um avanço. A maior descoberta mineral da história do País é o Pré-Sal e terá, ao longo de 30 anos, US\$ 1 trilhão equivalentes, hoje, a R\$ 2,3 trilhões. Vejam, 75% irão para a educação e 25% irão para a saúde.

Este é um marco da presidenta Dilma que não sucateou tampouco vendeu a Petrobras. Assim, o lucro não irá para o exterior como fizeram com a Vale durante o governo dos tucanos.

O Congresso Nacional atende a uma bandeira da União da Juventude Socialista e da União Nacional dos Estudantes, a UNE. Eu pude militar na UNE quando passei pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e pela Universidade Estadual de Santa Cruz, pois estudei nas duas universidades. Eu militei no movimento estudantil. Uma bandeira nossa era termos recursos para as universidades e para a educação pública. Com o PNE, garantimos 10% do PIB para a educação. Poderemos, de vez, garantir que se mude a cara da educação no Brasil.

Por mais que, nós últimos 12 anos, tenhamos revolucionado a educação com recursos que nunca foram colocados na história desse País, para colocar o pobre e o filho do pedreiro para virar doutor – e eu conheço tantos que assim o fizeram –, o marco, na sociedade, é garantir que, com os 10% do PIB para a educação, possamos ter mais recursos do Estado brasileiro para a educação.

Quanto à educação infantil, a presidenta Dilma construiu 6.000 creches. Estive, agora, na inauguração de algumas creches maravilhosas. Sr. Presidente e deputado Álvaro Gomes, quero dizer que quanto às creches que eu vi, inauguradas no município de Anagé, por exemplo, nem a escola infantil que o meu filho estuda em Vitória da Conquista, que é particular, tem a qualidade da estrutura daquela creche, pois é a cara da presidenta Dilma. Não vi nada igual.

Agora, com essa revolução, temos conhecimento de que dobrarão os recursos para a educação. E estes recursos são advindos dos tributos federais, estaduais e municipais para a educação neste Brasil. Poderemos, de uma vez por todas, mudar a educação dando estrutura digna para as escolas dos ensinos fundamental e médio. Com relação às escolas técnicas, nunca se colocou tanto dinheiro na história dessas escolas como fizeram os presidentes Lula e Dilma; incluindo mais recursos para as universidades federais.

Para mim, foi uma felicidade imensa participar daquele momento em que os

dois deputados federais do meu partido, quais sejam, Daniel Almeida e Alice Portugal, defenderam, com tanto amor e vontade, o marco do crescimento da educação. Assim, poderemos dobrar os recursos para educação. Estes recursos foram aprovados no dia de ontem.

Encerrando, quero dizer que aquela Casa, agora, vota a conhecida Lei da Palmada. Não se educa criança com palmada. Não se educa criança com violência. Eu mesmo tenho três filhos. E quando bato em meus filhos é com beijo, é com abraço. Não se faz violência contra uma criança, porque a violência praticada na educação, com certeza, tornará os seres humanos mais violentos.

O que precisamos é de paz neste País.

Sr. Presidente, era a minha fala para o dia de hoje.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, usarei todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

Eu pediria à deputada Fátima Nunes substituir-me na Presidência dos Trabalhos.

(A Sr^a Fátima Nunes assoma à Presidência dos Trabalhos no lugar do Sr. Álvaro Gomes.)

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, infelizmente, o presidente Marcelo Nilo não está aqui agora; mas, naturalmente, ele está-me ouvindo no gabinete da Presidência da Casa.

Segundo as condições existentes no País, reitero não caber ao Poder Legislativo colocar um deputado aqui nesta Casa. Está equivocado o Sr. Presidente Marcelo Nilo quando afirma que fui derrotado pelo povo. O povo não tem opção de votar contra alguém. O povo vota a favor, apenas, ao escolher os seus candidatos de acordo com a sua consciência.

Não fui derrotado pelo povo, não, Sr. Presidente Marcelo Nilo. Honradamente, fiquei na primeira suplência do meu partido, o DEM. E este é um partido que me honra. Ficar suplente do deputado Paulo Azi, já que ele foi o último na votação, para mim, é uma honra e é um prazer, até porque ele assumiu a presidência do meu partido aqui no Estado da Bahia.

Não foram o governador e muito menos os deputados quem, aqui, me colocou. Equivocado está o pensamento esdrúxulo do presidente da Casa, pois o mesmo é fora da realidade. E o presidente da Casa só faz uma ressalva dizendo que foi a imprensa quem inventou quando ele disse que eu não tenho mandato. Cabem, aí, ao *Bocão News* e ao *Bahia Notícias* responderem ao presidente. Não cabe a mim.

Quanto à notícia que li, está aqui e ela é muito clara nos dois *sites*. O presidente teria dito: “*Gaban só é deputado hoje por causa dos deputados e do governador...*” Eu queria ver o que aconteceria se eu não tivesse voto para ser o primeiro suplente. Cadê o governador? Cadê o Poder do Legislativo para me colocar aqui?

Meu caro presidente, V.Ex^a está há oito anos no poder. O poder, às vezes, sobe à cabeça. A gente pensa que pode tudo e acima de todos. Mas não podemos fazer uma delegação, que é do povo, para escolher os seus representantes.

Então, se fui e sou deputado hoje, é porque o povo, assim, o quis, pois o povo me deu votação que muito me honra. Por isso, tenho cumprido o meu papel no Poder Legislativo que é o de respeitar a Constituição do Estado e o Regimento Interno desta Casa.

Na hora em que ele disse também: “*Foi derrotado...*” O povo escolhe. O povo não vota contra. Ninguém votou contra mim. Os que votaram, votaram a meu favor ou votaram a favor de todos os deputados aqui presentes.

Quanto ao mandato, ele diz que foi invenção do *Bocão News*.

Bem, o Luís Fernando está aqui e merece a minha consideração e o meu respeito pela seriedade e pela cobertura que tem, sempre, feito das verdades que acontecem no Poder Legislativo.

Eu gostaria, até, de parabenizá-lo, Luís Fernando, porque a filmagem, que V.S^a fez daquela sessão vexaminosa em que os deputados da Base do governo foram obrigados a registrar o voto, é uma das peças principais da ação na Justiça. Vejam, nós deveremos ajuizar uma ação através do escritório do Dr. Ademir Esmerim e Sandro, que é outro advogado que vai acompanhá-lo, que é o advogado da Oposição aqui nesta Casa.

Muito obrigado pela colaboração.

Vejam, com uma imprensa livre e soberana, a gente vai ter a democracia que a gente precisa.

Eu não poderia deixar de registrar, também, toda a consideração e o apreço que tenho, não só pela imprensa de um modo geral, pois fui honrado, inclusive, com o troféu de destaque parlamentar. Mas não poderia deixar de prestar a minha solidariedade e confiança no *Bahia Notícias*.

Eu não acredito, Luiz Fernando e Evilásio – que é uma pessoa que merece

consideração e respeito de todo o Poder Legislativo e da sociedade baiana –, que vocês dois teriam inventado que o presidente disse que eu não tinha mandato. Senão eu seria um funcionário fantasma, mesmo tendo assinado o termo de posse no gabinete da Presidência. Não sou fantasma, não, estou aqui defendendo o que o povo da Bahia me concedeu, que é o meu direito de usar as minhas prerrogativas.

Dizer que eu deveria ter a grandeza de saber perder. O que é isso, eu sou um vitorioso. Eu saí vitorioso da votação honesta do primeiro turno. A pressão só fora da Casa, durante o dia, com telefonemas. Até presidente de partido nacional teve de ligar para deputados obrigando-os a votar no candidato tirado do colete, do bolso do governador, ou então não teria legenda. Mas essa intimação de Brasília para cá não funcionou. Eu tive 28 votos; e com os cinco votos daqueles que não aceitaram a intromissão do governador no voto livre, tivemos 33 votos contra 27.

Então, não é por aí. Eu sou vitorioso, sim, porque a minha Bancada tinha 16 deputados aqui e eu tive 28 votos, que me honraram muito, daqueles que entendem que as prerrogativas do Poder Legislativo não podem ser jogadas na lama, como foram.

E pergunta aqui o presidente: “O que queria que eu fizesse? Que eu mandasse os deputados tirar a roupa?” Não. O vexame seria tão grande, meu caro presidente, que eu não seria autor de uma coisa dessas. Quem tem de se responsabilizar pelo vexame que os deputados da base do governo tiveram é V.Ex^a, que os convocou para a sua sala. V.Ex^a não é o presidente de um partido político. O presidente da Casa tem de fazer como eu fiz, ou seja, eu não me intrometia em assuntos partidários. Nunca impus, nunca convoquei a Bancada, a qual eu tinha a honra de representar, ao meu gabinete para discussões internas. Quando havia discussão, eu discutia com todos os Líderes partidários de uma maneira aberta e clara.

O que eu queria, Sr. Presidente Marcelo Nilo, é que V.Ex^a respeitasse, primeiro, a Constituição do Estado da Bahia; que respeitasse o direito sagrado do voto, que deve ser secreto; que respeitasse uma Lei Eleitoral em vigor, que diz que o eleitor não pode ir à urna com máquina fotográfica – nem mesmo com celular –, para preservar o sigilo do voto, que tem de ser de acordo com a consciência de cada um.

O que eu gostaria, Sr. Presidente, é que V.Ex^a respeitasse, finalmente, o Regimento da Casa e não fizesse, por exemplo, o que fez mais uma vez ontem, quando arguí que não cabia ao presidente da Casa encerrar a sessão. Pode suspendê-la, pode convocar uma nova sessão, mas não pode encerrar uma sessão.

O presidente deveria ter instado qualquer parlamentar a solicitar uma verificação de quórum. E aí, não havendo quórum, caberia ao presidente encerrar.

Repito, jamais solicitaria que V.Ex^a mandasse alguém tirar a roupa. Mas, no mínimo, deveria dizer: “Srs. Deputados, solicito que só entrem na cabine deixando o

celular aqui na mesa ou no lugar onde estiverem sentados”. O que eu queria era só isso, Sr. Presidente, uma prerrogativa. Eu estava procurando zelar pelo Poder Legislativo. É isso que caberia, a meu ver, a V.Ex^a.

Não vou continuar com esse tema, que para mim é muito pequeno. Quem tem de responder é V.Ex^a. Esses são os meus esclarecimentos, porque fui eleito pelo povo da Bahia; não fui derrotado pelo povo da Bahia. Sinto-me extremamente vitorioso pela votação que tive do povo da Bahia, me colocando como primeiro suplente do meu partido.

E vou dar até um exemplo que veio à minha cabeça. Tem um deputado que assumirá o mandato agora, por quem tenho o maior carinho, a maior consideração, que é o deputado Emiliano José, suplente também. Então, ele não foi eleito pelo povo? É lógico que sim, merece ter uma cadeira. Já foi meu colega quando deputado aqui. Independente das posições político-partidárias totalmente adversas, sempre tivemos um carinho e um respeito mútuo, pelo seu comportamento ético e correto. Assim, como eu, o deputado Emiliano também, e o presidente da Casa não pode dizer que não tinha mandato. Foi eleito, e só assumirá uma cadeira no Congresso Nacional na vaga de Zezéu se a Justiça entender que aqui não houve fraude na eleição, fartamente comprovada. Só assim o prezado Emiliano José assumirá uma cadeira.

Acredito na Justiça. E com a farta documentação que tem, os pronunciamentos que houve, a entrega de um voto, inclusive filmado por Luiz Fernando aqui presente, é um dos documentos mais importantes que temos, além de termos o voto – sabe-se que após o encerramento seria incinerado – que o deputado foi obrigado fotografar para mostrar a fidelidade dele. São os argumentos principais dentre outros que os advogados estão cuidando para, na Justiça, fazer prevalecer a nova votação, e, dessa forma, de maneira livre, soberana dos deputado – sem flash, sem pressão, e sem o registro do humilhante voto.

Agora, quanto ao resto, quem fala o que quer, ouve o que não quer. Então, que se justifique o que achar que deve justificar. Eu não vou entrar nessa mesmice, mas pelo menos cumpri com o meu dever de dizer. Estou aqui pela vontade soberana do povo. Estou aqui também porque os deputados da Assembleia Legislativa cumprindo o que determina o art. 71 da Constituição do Estado, cumpriram com suas prerrogativas de indicar um nome do Poder Legislativo para o Tribunal; indicaram o nome de um deputado estadual Gildásio Penedo Filho, que merece todo o nosso respeito e consideração, se ele foi para lá por mérito e a Assembleia Legislativa cumpriu com sua obrigação, diferente do que está tentando fazer com um deputado federal, não é deputado estadual nem nunca o foi, mas escolhido pelo governador que disse na imprensa, antes da eleição: “Eu tenho o direito de indicar um conselheiro meu para o Tribunal de Contas do Estado”. Um conselheiro dele que vai analisar as

contas dele no futuro!

O povo tem que analisar e ver se o governador tem razão de indicar, “forçar a barra”, humilhar o Poder Legislativo para indicar um conselheiro que vai analisar suas contas! Não sei se essa é a democracia que queremos, se esse é um comportamento ético de um governador do Estado, expondo sua Bancada publicamente. Foi constrangido quando a imprensa diz que ele viria na sala da presidência da Assembleia para ter uma reunião, para forçar... E como disseram que, quando ele viu meu nome, ficou assustado porque sabia, ou imaginava que o desgaste que ele tem com a própria Bancada, iriam eleger alguém da Assembleia, não um intruso, alguém fora da Assembleia. Nada pessoal contra o deputado Zezéu, mas a favor do Poder Legislativo do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes)- Com a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falarão os deputados Álvaro Gomes, pelo tempo de 6 minutos, e Joseildo Ramos logo a seguir pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes)- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, na realidade, estamos vivendo este momento em que se aproxima as eleições quando os deputados, coisa normal, individualmente ficam com TPE, ou seja, Tensão Pré-Eleitoral, mas o que estamos vivendo aqui hoje é uma TPE coletiva. Então, a TPE contagiou os deputados desta Casa, principalmente os deputados da Oposição.

É normal essa Tensão Pré-Eleitoral, não foi diferente nas eleições anteriores. Na eleição passada também tivemos algo parecido. Mas é evidente que nesta eleição, sinceramente, acho que, por parte da Oposição, está havendo um certo exagero que não contribui para a consolidação do processo democrático.

Ninguém é contra os protestos, as manifestações, mas somos contra os exageros, tentativa de rasgar cédulas, jogar urna no Plenário, tentativa de constranger os deputados para que não possam votar.

Então, vamos respeitar a democracia e travar o debate em alto nível, na discussão política e com argumentos sólidos de um lado e do outro. Não vamos baixar o nível e desmoralizar o Poder Legislativo. Acho que precisamos ter um certo cuidado com a questão do Poder Legislativo.

Não podemos concordar com isso. Achamos que é justo, sempre houve manifestações aqui, como o botijão de gás, e uma série de outras manifestações. Mas,

pelo tempo que tenho nesta Casa, já há quase 12 anos, nunca vi uma manifestação tão agressiva quanto a que presenciamos no último período.

Quero, aqui, dizer – e vou refirmar mais uma vez – que a Oposição vem-se apegando e dizendo que os deputados foram obrigados a fotografar suas cédulas, o que não é verdade. Nenhum deputado foi obrigado a fotografar, não houve nenhuma orientação para fotografar a cédula, isso não existiu.

Na época do carlismo existia, sim, a marcação das cédulas. Mas agora, não. Além do mais, cada deputado aqui é de maior. Tem algum deputado aqui com menos de 21 anos? Tem algum deputado aqui que não tenha condições de exercer o seu mandato? Até, pelo que sei, pelo que constato aqui, os 63 deputados são todos de maior e capacitados a exercerem o seu mandato.

Portanto, não cabe ao Bloco da Oposição fazer aqui o que fez recentemente, tentando impedir que os deputados votassem, com gritarias, com argumentos falsos, divulgando algo que não existiu. Inclusive, na imprensa toda está sendo divulgado algo que nunca existiu, e isso não fica bem.

Acho que devemos travar o debate em alto nível, numa discussão política com argumentos. Não podemos querer ganhar no grito e querer inviabilizar a sessão plenária, como inviabilizaram ontem. O Poder Legislativo foi impedido de discutir, de debater os projetos porque trouxeram um caixão para cá. Não somos contra o protesto, somos contra é impedir o funcionamento da Assembleia Legislativa, porque, assim, está impedindo o funcionamento de um Poder que deve funcionar normalmente dentro do Estado Democrático de Direito. Porque vivemos num Estado Democrático de Direito.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Está inscrito, deputado.

Mas isso tudo faz parte da TPE, da Tensão Pré-Eleitoral. É preciso um cuidado coletivo para que os deputados acometidos pela TPE... Porque alguns estão com uma situação mais grave e outros com uma situação mais tranquila. Mas a TPE contagiou a Assembleia Legislativa.

Essa TPE geralmente acomete mais às pessoas que estão desesperadas. Então, é isso que nós observamos.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concedo a V.Ex^a, mas, antes, quero concluir o meu argumento.

A TPE acomete mais aqueles que estão desesperançosos, sem perspectivas, desesperados. Na realidade, o projeto progressista e popular vai continuar! Dilma será eleita no primeiro turno, e isso causa desespero, isso provoca a TPE. Rui Costa vai ganhar no primeiro turno, e isso causa desespero, isso causa TPE, tensão pré-

eleitoral.

Portanto, meus nobres colegas, – eu gosto tanto da companhia de vocês – vamos travar o debate em alto nível, vamos travar o debate político com argumentos e não vamos impedir o funcionamento desta Casa Legislativa, para não comprometer o Estado democrático de direito.

Peço desculpas ao deputado Adolfo Viana, porque o meu tempo é curto. Se fosse no Grande Expediente, concederia o aparte a V.Ex^a.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu tinha apenas seis minutos para falar, por isso não concedi o aparte a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr^a. Presidente

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido, mas antes concederei a questão de ordem ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, a minha questão de ordem vem no sentido de solicitar de V.Ex^a que marque os 15 minutos para que possamos convocar e convidar todos os deputados, que estão, neste momento, nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, atendendo as lideranças da capital e do interior, do movimento social e do movimento sindical, atendendo prefeitos e vereadores e atendendo à população de uma maneira geral, para que compareçam imediatamente à sessão plenária, porque há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Inclusive, quero pedir ao deputado Leur Lomanto Júnior para que retirasse essa questão de ordem, porque temos, hoje, projetos de grande importância para votar e seria interessante travarmos esse debate aqui. Inclusive, temos, aqui, para debater um projeto importante de autoria do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- É um projeto importantíssimo!

O Sr. Álvaro Gomes:- É um projeto importante que precisamos debater aqui. O projeto foi aprovado por consenso nosso, então, nós concordamos plenamente com o projeto. O governador entendeu que o projeto era inconstitucional e vetou o projeto. Nós vamos debater, discutir e ouvir os argumentos para ver exatamente qual é a fundamentação. Acho que esse debate é importante. Se a sessão cai agora, nós não teremos a oportunidade de travar esse debate. Por isso que eu chamo, aqui, os

deputados.

Peço, inclusive, aos deputados de Oposição que não ficassem toda hora solicitando verificação de quórum...

O Sr. Gaban:- Isso é um policiamento, deputado Álvaro Gomes?

O Sr. Álvaro Gomes:- Não, deputado!

O Sr. Gaban:- Começou ali na votação! Vai continuar o policiamento com a Bancada da Oposição?

O Sr. Álvaro Gomes:-Não, deputado. Eu estou apenas fazendo um apelo.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Prossiga, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Gaban:- Policiamento na Bancada da Oposição, não! Vocês podem policiar a Bancada do Governo, que virou jurisprudência.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Gaban, deixe o deputado concluir a questão de ordem, por favor.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputado Gaban, eu estou com a palavra deputado.

O Sr. Gaban:- Desde que ele não queira policiar a Bancada da Oposição, tudo bem.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Gaban, V.Ex^a pode pedir uma questão de ordem também.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu nunca interrompi V.Ex^a em nenhum momento. Peço a V.Ex^a que não me interrompa. Respeito o meu direito de falar.

O Sr. Gaban:- Então, respeite, por favor a Oposição desta Casa.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Álvaro Gomes, prossiga, por favor.

O Sr. Gaban:- Faça o seu trabalho!

O Sr. Álvaro Gomes:- Respeite o meu direito de falar, deputado Gaban. Eu sempre respeitei o direito de V.Ex^a falar. Sempre! Já houve alguma vez que eu interrompi V.Ex^a? Convivo com V.Ex^a há 12 anos e eu nunca o interrompi. Peço, por favor, não me interrompa. Eu estou fazendo um apelo à Oposição para que não solicite questões de ordens constantes, para não inviabilizar a votação de projetos importantes. Inclusive o projeto de um deputado da Oposição, Adolfo Viana, que trata do veto do governador a seu projeto que foi aprovado aqui por unanimidade.

Então, esse é o apelo que estou fazendo, e chamando, principalmente os deputados de governo que estão nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, que estão, neste momento, reunidos com lideranças do movimento social, envolvendo associações de bairros, sindicatos, e também outras lideranças, como prefeitos, vereadores e outras lideranças de suas respectivas cidades.

Por isso, peço aos deputados de governo que compareçam imediatamente ao Plenário, porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da

presente sessão e precisamos de 21 Srs. Deputados aqui neste momento.

É esta a minha questão de ordem, nobre presidente, Fátima Nunes.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Leur Lomanto, reiterado pelo deputado Álvaro Gomes.

Peço que zerem o painel e marquem o tempo regimental.

E convoco todos a adentrarem o mais rapidamente possível ao Plenário desta Casa para marcarem suas presenças, porque temos necessidade de continuar a presente sessão.

Solicito ao deputado Leur Lomanto, que fez a solicitação, para que marque a sua presença. E que os demais líderes convoquem suas bancadas para que, apressadamente, os deputados possam comparecer ao Plenário. Sei que estão na sala do cafezinho, no saguão ou nas salas das comissões. Então, solicito rapidez nos passos para renovar o quórum na presente sessão.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr^a Presidente, primeiro, quero convocar os Srs. Deputados para participarem da Plenária, que venham dar presença. Temos número suficiente na Casa para reconstituirmos o quórum e continuarmos a presente sessão.

Mas quero fazer, rapidamente, uma alusão aos fatos que ocorreram ontem aqui, na Casa Legislativa. Quero dizer ao deputado Gaban que, obviamente, V.Ex^a – tenho consciência disso – cumpre um mandato atuante de Oposição, de conteúdo. Mas V.Ex^a é a prova mais viva do quanto este Estado mudou na democracia, do quanto este Estado evoluiu na visão e na preservação dos preceitos da política.

V.Ex^a jamais seria deputado se nós não fôssemos do governo, se a situação fosse invertida, se fosse no período anterior ao governo Wagner, na situação de ser o que V.Ex^a era, um opositor ferrenho. E nós optarmos por realizar um sonho de um companheiro nosso que, por questões pessoais, nos solicitou e teve o nosso apoio para ir para o tribunal.

Jamais V.Ex^a seria deputado nas condições que foi, e me orgulho de dizer isso, como até acho – e quero aqui, de público, agradecer – que a Oposição fez a parte dela no que toca a contestar. Acho que exagerou, poque acabou, ontem, atingindo a Casa Legislativa.

Já fizemos manifestações, já vimos manifestações com caixão aqui na Casa, mas fica no corredor. Este Plenário deve ser sagrado. Porque é o que temos de mais importante para preservar os valores do Legislativo, que são maiores do que o meu interesse, do que o interesse de V.Ex^a, da Oposição e do governo. Acho que V.Ex^{as} deveriam refletir sobre isso.

Quem mais diz que quer um Legislativo forte é quem menos acredita na democracia. Porque quem mais quer políticos generalizadamente tachados de ladrões, corruptos e ineficientes não é o povo brasileiro, é parte da mídia – não digo toda –, que tem interesses mercadológicos, capitaneados por interesses internacionais que desejam o nosso País acuado, com instituições fragilizadas. Não só o Legislativo, como o Executivo, como o Judiciário, e todos sabem por onde começa. Sempre começa no Legislativo e depois todo mundo paga o preço, especialmente a imprensa, que, quando não faz o jogo do interesse do capital, do interesse americano, do interesse europeu, do interesse dos grandes oligopólios, também é suprimida.

Temos o papel de manter a democracia. Nós, o Legislativo, principalmente. Digo com tranquilidade: a vitória nossa neste Estado é exatamente essa. E aqui agradeço, de público, porque nenhum dos deputados da Oposição diz que fui eu quem tomou posição de fotografar voto ou coisa desse nível. Porque não o fiz. Posso até, de público, dizer a V.Ex^{as}: o disse-me-disse com relação a fotografia ou não fotografia ocorreu, mas esse disse-me-disse, evidentemente, ficou no disse-me-disse.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Claro, alguém votou e disse: “Ah! Eu votei, vou tirar foto do meu voto”. Paciência! Não foi exigência de ninguém. Outro disse outra coisa, mas foi mais disse-me-disse, não foi nada de dizer que foi uma decisão deliberada, ou coisa de exigência de Liderança ou de governador. E digo isso porque V.Ex^a fez um discurso, agora, dizendo que o governador... – tire o governador disso! O governador é responsável, inclusive, pela ascensão de V.Ex^a.

(O deputado Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a falou do governador, sei até que foi na emoção.

Mas quero dizer a V.Ex^a que o governador está fora disso. Quero dizer a V.Ex^a que o comportamento do presidente da nossa Casa foi também muito decente dentro desse processo todo. Ontem, inclusive, acho que ele foi muito tolerante.

Agora, temos que ter consciência de que a Casa Legislativa precisa ser preservada, e isso, fundamentalmente, deve ser objetivo de todos nós nesta Casa. E que a ocorrência de ontem nos traga essa reflexão com mais evidência.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Já há quórum.

Havia pedido questão de ordem o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Gaban, antes da recomposição do quórum, eu pedi questão de ordem. Como foi recomposto o quórum, eu estava aqui para falar, na tribuna.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, ninguém mais do que eu quer preservar o

Poder Legislativo. Se há alguém que gosta do Poder Legislativo, sou eu. Já tive a honra – já disse – de ser presidente desta Casa, o que muito me orgulhou e muito me enriqueceu, sobretudo. Tanto é que no dia daquela votação, quando a Assembleia foi humilhada... Não quero entrar no mérito de quem foi. Ninguém, entre os deputados – tenho de fazer justiça a V.Ex^a, deputado Zé Neto – nenhum dos deputados da base do Governo, nenhum deles que nos procuraram, naquele dia que foram coagidos no gabinete da presidência, disse que foi o Líder do Governo, ninguém disse. Estou dando o meu testemunho, disseram que foram coagidos no gabinete da presidência. Não cabe a mim dizer o nome que deram, porque eu não estava lá presente, não tenho, mas o nome de V.Ex^a nenhum deputado disse que era. Tanto é que na hora que eles desceram, coagidos e nos procuraram, eu subi à Tribuna e disse: renuncio, mesmo tendo vencido no voto, no primeiro turno, honesto, onde ninguém foi obrigado a fotografar o voto, eu ganhei. E disse ali: renuncio, porque eu não tenho projeto pessoal.

Fiquei extremamente honrado com os 28 votos, e 05 também não votaram em Zezéu. Eu disse que renunciava à minha candidatura, se qualquer deputado estadual, presente, da base do Governo, PT, qualquer Partido, porque não é indicação do Poder Legislativo, não é indicação partidária. E como o Governo tem a maioria, caberia ao Governo, democraticamente, exercer a maioria indicando qualquer deputado. Só que V.Ex^{as} não concordaram.

Agora, com relação ao procedimento nosso tinha que ser uma coisa de choque mesmo, porque, literalmente, a democracia foi enterrada, a humilhação que os deputados do governo tiveram, de serem obrigados a fotografar o voto, pelo amor de Deus. Não foi disse não disse não, deputado Zé Neto, nós temos cópia do voto, não é disse não disse não, nós temos o tempo registrado de quanto cada deputado da base do Governo demorava para ir lá, comparado com os deputados da Oposição. São provas evidentes, cabais.

Foi dito pelo Líder da Oposição antes, para que o presidente, cumprindo o que determina uma lei eleitoral em vigor no país, pelo menos alertasse os deputados que tinha tido uma solicitação do Líder da Oposição, e que os deputados não deveriam entrar na cabine de votação com máquina fotográfica, ou como foi, porque todo mundo tinha, o seu celular. Se o deputado, por sua livre e espontânea vontade, quisesse cometer um crime eleitoral, seria responsabilidade do deputado.

Agora, ao presidente da Casa cabe preservar, o Poder Legislativo tinha a obrigação constitucional de alertar os deputados, depois de instado pelo Líder da Oposição para não entrar com o celular para registrar o voto.

Uma imoralidade que, infelizmente, denigre o Poder, e a gente está aí jogado, literalmente, na lama, após o Governo do PT enterrar a democracia, enterrar o Poder

Legislativo, desrespeitar a Constituição do Estado e o Regimento Interno desta Casa.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, subo a esta Tribuna para tratar de um assunto que eu considero dos mais importantes neste Brasil de hoje, protagonizado pelo Governo do PT e seus aliados aqui na Bahia. E é uma ação por demais importante na direção da universalização dos serviços de saneamento básico.

Hoje, nesta quarta-feira, a Embasa - Empresa Baiana de Saneamento, estará recebendo um prêmio na Cidade de São Paulo. Este prêmio é outorgado pela *Revista Saneamento Ambiental*, uma das revistas especializadas com a maior credibilidade na área de saneamento, que tem 14 anos de vida e uma tiragem nacional de 15 mil exemplares, enquanto revista especializada na área de saneamento. E vou fazer uma moção de aplausos endereçada à Embasa, porque ela se sobrepôs a empresas do naipe da Sabesp – São Paulo, Copasa – Minas Gerais, Caesb – Distrito Federal, Sanepar – Paraná, Cedae – Rio de Janeiro e Cagece – Ceará, empresas importantes. Mas nenhuma delas pôde ser maior que a Embasa em quatro indicadores importantes, sendo um dos principais a relação dos investimentos realizados na ampliação dos serviços de saneamento em relação à receita operacional líquida anual da Embasa. O índice de tratamento de esgoto, a ampliação do serviço na Bahia por unidade de tempo. Os níveis de perda de água e também o volume de receita gerada por funcionário estatutário.

Essa mesma Embasa, em 2005/06, estava totalmente preparada para ser vendida, para ser entregue à iniciativa privada. Não tinha um projeto de ampliação dos serviços de saneamento no final do antigo governo, em 2006. Essa mesma Embasa não tinha a mínima capacidade de investimentos com recursos próprios. É a Embasa que hoje é celebrada pela revista especializada em saneamento, a mais respeitada.

Portanto esse feito da Embasa precisa ser pontuado por esta Casa. Estou falando de saneamento. E saneamento é uma ação, um serviço público de promoção à vida, à saúde. É um serviço de atenção básica. A maior parte das doenças que acometem as nossas crianças, os mais idosos, mais de 70% ocorre por veiculação hídrica. A Embasa já investiu, em 7,5 anos, mais de 7 bilhões de reais entre os recursos próprios, os transferidos da União e aqueles em articulação com a verba onerosa, ou seja, empréstimos na banca comercial ou em bancos estatais.

Portanto é um feito inédito na história recente da Bahia, é um feito inédito que

o PT e seus aliados brindam a sociedade baiana na direção da universalização dos serviços de saneamento básico.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder da Bloco Parlamentar PMDB/PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban: - Sr^a Presidenta, falará, pelos primeiros 6 minutos iniciais, o deputado Adolfo Viana e, pelos 5 minutos restantes, o deputado Coronel Gilberto Santana.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi aqui atentamente o discurso de alguns parlamentares...

O Sr. Carlos Geilson: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a está inscrito, deputado Carlos Geilson.

Assisti aqui atentamente o discurso de alguns parlamentares, vi aqui o discurso do deputado Álvaro Gomes subir a esta tribuna e chamar a atenção desta Assembleia Legislativa, dos parlamentares que compõem esta Casa, pelas cenas que protagonizamos nos últimos dias neste Plenário. Até então, vinha concordando com o deputado Álvaro Gomes. É verdade que não protagonizamos aqui cenas que a sociedade deseja e espera deste Parlamento. Mas sou obrigado a discordar do deputado Álvaro Gomes quando ocupa esta tribuna para dizer e afirmar que a Bancada do governo não foi direcionada para fotografar o voto dentro da cabine de votação. O deputado Álvaro Gomes falta com a verdade quando afirma categoricamente, desta tribuna, que a Bancada governista não foi coagida a fotografar o voto dentro da cabine de votação.

O Líder da Base do governo, hoje, em entrevista ao jornal *A Tarde*, desafia qualquer um a provar que a ordem para fotografar os votos tenha partido dele ou do governador do Estado da Bahia. Acredito no Líder da Base do governo, deputado Zé Neto, acredito que essa ordem não tenha partido do Palácio de Ondina nem do Líder do governo. Mas ele, deputado Carlos Geilson, enquanto Líder do governo, tomou conhecimento quando a ideia surgiu na Bancada e foi omissa quando deixou que a Bancada transformasse a cabine de votação desta Assembleia Legislativa num verdadeiro lambe-lambe.

Deputada Luiza Maia, que a todo tempo em que estou nesta tribuna insiste em me dar alguns pitacos, vou aceitar, deputada, o pitaco de V.Ex^a. Deputada que tem o meu respeito, que desempenha um grande papel neste Parlamento, que defende o

voto aberto. Quero dizer a V.Ex^a que também defendo o voto aberto. Acho que devemos, aqui, abrir tudo, o voto tem que ser aberto, V.Ex^a conta comigo, também sou um defensor desta causa. Até para que não mais, neste Parlamento, seja possível que se faça o que a sua bancada fez, transformando a cabine de votação desta Assembleia num verdadeiro lambe-lambe. V.Ex^a deve ter se envergonhado muito, duvido que tenha tirado foto do seu voto, mas boa parte da Bancada governista o fez. Entrou na cabine e a imprensa estava aí a observar. Enquanto um deputado da oposição gastava 10 segundos para dar o seu voto, os deputados da Base do governo demoravam quase um minuto.

A deputada Maria Luiza Laudano, deputada séria e que merece o respeito do deputado Adolfo Viana acaba de se pronunciar daqui debaixo dizendo que nem todos. É verdade, deputada, nem todos os deputados precisaram se agachar para o Poder Executivo, nem todos se submeteram a ter que fotografar o seu voto de forma vergonhosa, envergonhando os eleitores que concederam seus mandatos parlamentares. Então, é verdade, tenho que dizer a deputada Maria Luiza Laudano que nem todos se submeteram a isso, e tenho certeza que V.Ex^a não se submeteu, deputada.

Mas quero aqui discordar do deputado Álvaro Gomes que afirmou desta tribuna que não foi abordado por nenhum dos membros governistas dizendo que teria que fotografar o voto da cabine lambe-lambe. Deputado Zé Neto, que acaba de chegar a este Plenário, quero dizer que vi a entrevista de V.Ex^a no jornal *A Tarde* e não duvido da sua palavra. Tenho certeza de que essa ideia não partiu de V.Ex^a muito menos do governador Jaques Wagner. V.Ex^a como líder do governo foi omissa quando aceitou que essa ideia fosse colocada em prática. Então, ao tempo em que não tem culpa de ter sido o criador dessa ideia, foi omissa e aceitou que os parlamentares, conduzidos por V.Ex^a, entrassem na cabine lambe-lambe para fotografar os seus votos.

Fica aqui, deputado Zé Neto, o meu repúdio em relação à atitude de V.Ex^a.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, mais uma vez, voltamos aqui ao assunto da votação do TCE em razão dos absurdos que ocorreram aqui. Ficamos sem entender, e falei com o presidente, a forma como foram conduzidos os trabalhos naquela quarta-feira. A Oposição tem sua maneira de reivindicar e o líder ou o presidente desta Casa tem o

dever de cumprir o Regimento.

O que vimos aqui foi a quebra do Regimento e induzindo a um favorecimento de uma forma descortês, deselegante e desrespeitosa. Na votação que houve no primeiro momento, ficou comprovado que o pessoal da base do governo estava insatisfeito com a indicação de Zezéu, a prova foi que 16 deputados da Minoria votaram com Gaban e 12 deputados votaram também com Gaban, perfazendo 28 votos. Cinco ficaram em dúvida, deixaram em branco ou nulo. Inscrevi-me e disse que era uma insatisfação de 17 deputados com a indicação de Zezéu.

O presidente desta Casa desobedecendo ao Regimento Interno suspendeu a sessão por 1 hora para fazer uma segunda votação, que poderia ser feita imediatamente. Levou os deputados de governo para o seu gabinete. Nós, da Oposição, entendíamos que a reunião no gabinete dele era para os deputados. As chegarmos lá fomos advertidos que a reunião não era para nós, era só para o pessoal do governo. Nós permanecemos na sala do presidente, eles se retiraram, deixaram só os deputados de Oposição em seu gabinete e foram reunir-se em outro local.

Vejam a conivência. Os deputados que ficaram prejudicados, aqueles deputados que estavam insatisfeitos com a indicação de Zezéu procuraram os deputados de Oposição e disseram que nessa reunião foi determinado que dessem o voto e fotografassem para saber quem era o traidor, e que eles não podiam votar com Gaban em razão dessa fotografia que iram fazer do voto.

O deputado Elmar Nascimento esteve aqui nesta tribuna e advertiu o presidente sobre essa situação, porque foram deputados da base de governo que alertaram o pessoal da Oposição, e que não podiam manter o voto para Gaban em razão do constrangimento que eles estavam passando. Ocorre que ao serem advertidos pelo presidente desta Casa, pelo menos que ele alertasse em deixar os celulares fora, ele não ia revistar ninguém, mas que deixasse prevalecer a transparência de que ele estava conduzindo os trabalhos com seriedade, com respeito aos deputados desta Casa, com independência. Sabemos que ele tem lealdade ao governo, vota com o governo, mas que pelo menos agisse com independência e com respeito aos deputados de Oposição e a esta Casa também. Omitiu-se em anunciar que não poderia levar o celular para a cabine, que não podia proibir.

Sabemos que o voto é secreto, é assegurado ao deputado o voto secreto, e ao fazer uma fotografia dessa significa quebra de sigilo, como já houve em Brasília no passado e afastaram senadores e deputados em razão disso. E por que aqui não é quebra de sigilo também? Os deputados insatisfeitos mostraram o voto que fizeram e teve deputado aqui que até o *flash* usou para tirar a foto. Ele tem seus motivos para fazer isso. O que ocorre é ser transparente, quer votar no governo vote no governo, é um direito seu, é democrático e essa é a liberdade. Agora, forçar a pessoa a votar

naquele em que não quer, coagindo a dar o voto dessa forma? É essa a repreensão que fazemos aqui nesta Casa, porque a democracia funciona com a liberdade de ação de cada um, de pensar e de agir. Mas a Situação obrigou a fazer um voto por coação, sob pressão e os deputados que deram voto a Gaban ficaram insatisfeitos, mas tinham de votar porque havia essa determinação. Isso vai parar na Justiça, porque os parlamentares do governo serão testemunhas - inclusive já se colocaram à disposição - para mostrar que houve má-fé naquela votação. Espera-se que a Justiça corrija o absurdo daquela votação escandalosa, desrespeitosa com o Regimento Interno desta Casa, a democracia e a liberdade de pensar e agir. Como é que a Assembleia pode fazer isso?!

É melhor fazer o voto aberto. Como diz a deputada Luíza Maia, cada um bote sua cara na rua e mostre quem é quem. Mas ficar obrigando as pessoas a votar, ameaçando-as?! E não são só os deputados, não! Até os prefeitos também estão sendo vigiados! Quem sobe ao palanque de Paulo Souto está sendo retaliado! Não tem ajuda do governo para calçamento e outras coisas mais. Se alguém subir ao palanque de Paulo Souto, não tem direito. É excluído. Depois ainda diz que não persegue prefeitos, que não maltrata um prefeito da Oposição! Ele é governo do Estado da Bahia! Não é governo de Situação, não, para retaliar e coagir, telefonando para obrigar o prefeito a estar com o candidato do governo dele.

Mas vamos ter respostas. Sei que muitos prefeitos estarão de braços cruzados na eleição do dia 5. Receberão o resultado, porque ninguém faz por pressão o que não quer fazer. Mas, quando são obrigadas a fazer, as pessoas andam em marcha lenta, fazem operação tartaruga, cruzam os braços. A resposta a essa opressão, a essas determinações e exigências desse governo que se diz democrata serão vistas no dia 5, porque democracia passou muito longe dele. Ele passa a unha, e esconde!

Vejam o governo de Brasília como é. Lula não aparece em nada, é um coitado, foi blindado. Tudo que acontece, Lula não viu e não sabe. A Bahia está copiando da mesma forma.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, o tempo será dividido entre as deputadas Luiza Maia e Kelly Magalhães.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidente, devido ao esvaziamento - sei que a deputada fará

um pronunciamento importante, que acredito ser sobre o voto aberto, já que ela tem projeto nesse sentido, e é um assunto que interessa a todos -, solicito que seja feita uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, com o único objetivo de que os deputados venham ouvir o discurso da colega Luiza Maia sobre essa matéria dela que está tramitando na Casa.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, considerando as palavras do nobre deputado Gaban ressaltando a importância da fala da deputada Luiza Maia, que ele afirma ser sobre a defesa do voto aberto, então justamente por isso solicito a V.Ex^a que zere o painel, dê o tempo regulamentar e convoque todos os deputados que estão nos seus gabinetes ou em outros espaços desta Casa a adentrar o Plenário para ouvir com muita atenção o pronunciamento importante dessa parlamentar, que está vestida de verde e amarelo para torcer pela seleção brasileira e por esta Copa do Mundo, que será um sucesso no País do futebol e deixará um legado importante para a infraestrutura dele. A nossa colega já está pronta para torcer!

Peço novamente que a Sr^a Presidente zere o painel e convoque todos os deputados.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, há uma verificação de quórum solicitada pelo deputado Gaban e reiterada pelo deputado Marcelino Galo.

Solicito que seja zerado o painel e se marquem os 15 minutos.

Convido todos os deputados e deputadas que estão na sala do cafezinho para entrarem no Plenário o mais rápido possível. Srs. Deputados, marquem as suas presenças para darmos continuidade à presente sessão. Há uma oradora inscrita, a deputada Luiza Maia. Solicito que sejam rápidos em marcar a presença, a fim de ajudar os trabalhos da Casa.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Sr^a Presidente, sei que o deputado Gaban, com o discurso contrário dele, pediu a questão de ordem na hora em que eu falaria porque não queria me ouvir nem acha importante o meu pronunciamento.

A minha questão de ordem é porque quero voltar a me referir a essa polêmica - ou melhor, falsa polêmica - que a Oposição faz aqui em relação à eleição do deputado federal Zezéu Ribeiro para conselheiro do Tribunal de Contas.

Registrei neste Plenário a minha opinião e faço questão de colocá-la de novo.

O que aconteceu naquele episódio é uma demonstração do quanto era importante termos aprovado a PEC do voto aberto. Apresentei-a pela primeira vez em 2011. Dispensaram as formalidades. Fui derrotada. Tive apenas 8 votos. Em 2012, voltei a apresentá-la. Chegou à pauta de uma das sessões. Retiraram.

Hoje estamos vendo que é um pouco contraditório o que a Oposição diz. Voto aberto é importante. Quem quis mostrar o seu voto foram aqueles que não tiveram coragem de se posicionar contra a sua Bancada ou contra o governo, como eles disseram. Eles fizeram essa confusão. Doze companheiros não tiveram essa coragem. Não tiveram essa coragem. Acho uma coisa muito feia o político não ter coragem de defender as suas proposições abertamente.

Quero dizer que é importante... Estou pedindo aos deputados Elmar Nascimento e Zé Neto que, mais uma vez, dispensem as formalidades. Vamos aprovar a PEC do voto aberto. Acho que é um gesto que esta Casa faz para a sociedade. Sempre fui muito crítica a essa postura deste Poder. Acho que estamos muito distantes do povo. Acompanhamos os movimentos sociais, os protestos de junho do ano passado. E não havia uma manifestação que não tivesse dois, três, quatro, cinco cartazes pedindo voto aberto em todas as proposições em qualquer Poder. O que não cabe na minha cabeça é um Poder ou uma Casa ter seus representantes votando escondido. Se algum deputado quis mostrar o seu voto, é um problema dele.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, deputada.

A Sr^a Luiza Maia:- Problema dele.

V.Ex^a sabe que inclusive o seu deputado federal Imbassahy andou mostrando o voto que ele gravou na Câmara Federal. É problema de quem quis mostrar para sair daquela situação de desconfiança que todo mundo deixou. Eu não fui orientada, ninguém me pediu...

O Sr. Adolfo Viana:- Reafirmando, deputada...

A Sr^a Luiza Maia:- Não estou afirmando nada. Não fui orientada, ninguém me pediu... Se eu tivesse de votar em Gaban, teria coragem, como já tive aqui em alguns momentos, de votar contra o meu governador ou a minha Bancada. Acho que covardia não combina com político. Acho que esta Casa precisa repensar...

Faço, mais uma vez, este apelo aos companheiros Zé Neto e Elmar Nascimento para que dispensem as formalidades e que votemos, ainda hoje, nesta sessão, a PEC do voto aberto. Não estaríamos hoje passando por tanto constrangimento, por tanta vergonha, por tanto absurdo, como o que aconteceu na votação para escolha do nosso conselheiro.

Acho que é contraditório. A Oposição não tem discurso, não tem projeto, não tem realização e fica inventando uma falsa polêmica para criar confusão na Casa.

Não pude, ontem, estar presente na hora do enterro, não sei quem eles enterraram, mas está se tornando uma coisa ridícula...

A Sra. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, Sra. Deputada.

A Sra. Luiza Maia:- Ainda tenho alguns segundos.

(Deputados falam ao mesmo tempo)

A Sra. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- A deputada Luiza Maia está com a palavra.

A Sra. Luiza Maia:- Volto a pedir que dispensem as formalidades e botem na pauta da sessão de hoje a PEC do voto aberto, de minha autoria, mas que tem 28 assinaturas dos deputados que concordaram, pelo menos, em tramitar.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sra. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero dizer, publicamente, que sou a favor do voto aberto. Além disso, acho que é um tema que deve voltar à pauta da Casa. Prometo que vou solicitar ao deputado Elmar Nascimento para que possamos discutir sobre o assunto na semana que vem. Tenho interesse em votar o voto aberto. Tenho interesse, um interesse pessoal, mas, além de ser deputado, sou líder do governo. Como deputado, sem posição de liderança, sou a favor do voto aberto, amplo. Como posição de liderança, óbvio que tenho de ouvir a minha Bancada, mas eu defendo e sempre defendi o voto aberto.

Quero dizer ao deputado Adolfo Viana, inclusive, da grandeza do governador Jaques Wagner nesse momento. Conversei longamente com ele sobre o assunto referente ao vosso projeto, que ainda terá 60 dias para regulamentação.

Expliquei a ele a questão do Supremo, e o governador Jaques Wagner colocou claramente o seguinte: em todos os Hemobas inaugurados na Bahia, e não foram poucos, ampliamos muito o trabalho do Hemoba em nosso Estado, graças a Deus; na semana passada tivemos aqui o Hemoba por quase uma semana com um trabalho extraordinário. Em todos os Hemobas que ele, deputado Gaban, inaugura, ele doa sangue, porque ele é doador de sangue e doador de órgãos também.

Na cabeça dele, evidentemente, por uma questão de princípios, é que essas situações são voluntárias e ele recebeu também orientação do próprio Ministério sobre a questão da voluntariedade que existe no processo de doação de sangue.

Mas fiz valer outra questão, que nós sentamos e fizemos um acordo político, um acordo feito por esta Casa, um acordo, inclusive, passando pela própria Casa Civil, a qual solicitei que fosse feita uma avaliação do texto para sanar ou não sanar alguma irregularidade, e algumas nós discutimos. V.Ex^a inclusive aceitou que houvesse, por parte do governo, essa aquiescência ao vosso projeto.

Modificamos o projeto juntos e o projeto foi aprovado por esta Casa Legislativa, com a autonomia que tem.

O governador vetou. Ele não tinha, evidentemente, maiores informações sobre questões internas e algumas deliberações que tínhamos tomado como Bancada, e não é só isso. V.Ex^a trouxe à luz uma decisão do Supremo que estabelece também algumas limitações. Acho que com relação a essa decisão do Supremo, que deve ter um conteúdo mais ampliado, durante a regulamentação, devemos colocar algumas situações que possam não fazer com que alguém possa doar sangue e ficar com essa carteira *ad infinitum*, inclusive o projeto regula. Isso passa por um processo que, para mim, é possível, sim, fazermos uma reflexão e um acordo.

O governador, numa atitude que engrandece esta Casa, porque se trata de um projeto de autoria de um deputado da Oposição, me disse: “Trate do assunto com as decisões que vocês deliberaram. Apesar do veto que fiz com consciência de doador, evidentemente, venho dizer a você que respeito o posicionamento da Casa Legislativa. Se a minha Liderança fez um acordo de Lideranças, pautado em requerimentos legais, você decide.”

A própria Casa Civil, inclusive, tinha consciência e conhecimento dessa decisão do Supremo, mas houve um ruído na comunicação. Obviamente, outro procurador fez uma avaliação, na hora de passar para o governador a informação, e comunicou que existe também, evidentemente, no campo jurídico, uma decisão do Supremo. Nem sempre essa decisão incide numa situação normativa de forma muito direta, até porque não é uma decisão normativa da Casa Legislativa Federal, é uma decisão de ordem judicial.

Então, tudo isso nos leva a dizer que vamos fazer um acordo e vamos manter o projeto de lei do deputado Adolfo Viana. Isso acontecerá em razão muito mais de uma atitude de grandeza do governador propriamente, do que de um processo que passe por cima de uma posição dele, até porque eu, pessoalmente...

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Estou concluindo, Sr^a Presidente, esse assunto de interesse da Casa.

Então, fica definido dessa forma. Eu tinha me manifestado publicamente a favor do projeto. Seria uma situação delicada para nós...

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Já temos quórum para prosseguir com a sessão.

O Sr. Zé Neto:- O governador, dando uma demonstração absoluta de respeito à Casa Legislativa, dando uma demonstração, eu diria, de uma atitude muito madura, me falou: “Olha, a decisão foi sua?”, e eu disse: Governador, a decisão foi minha. E ele me disse: “Você sabia o que estava fazendo e tomou a decisão, então, Zé Neto, eu

vou preservar a sua decisão.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Zé Neto, precisamos continuar a sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Gaban:-Eu pedi a questão de ordem primeiro, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):-Questão de ordem, deputado Carlos Gaban.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Gaban, V.Ex^a me deixa falar primeiro?

O Sr. Gaban:- Tudo bem, deputado. Retiro a minha questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):-Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr^a Presidente, houve uma divergência, aqui, pois eu fiz uma brincadeira fora do microfone e o deputado Gaban achou que as taquígrafas anotaram e fizeram constar nas notas taquigráficas, mas eu disse que não. Mas, se por acaso... Veja bem, eu não fiz nenhum pronunciamento, eu nem me inscrevi, hoje, aqui. Sendo assim, não tem nenhuma colocação minha. Qualquer frase que falei fora do microfone, peço para que seja retirada das notas taquigráficas.

Presidenta, com relação a essa questão que o nosso Líder de governo apresentou, eu, na condição de Líder do PT, tenho conversado muito com o deputado Adolfo Viana, Líder do PSDB, sobre isso e chegamos a aventar a possibilidade de fazer outro projeto de lei com o mesmo teor para evitar a discussão sobre o veto, porque é sempre uma situação constrangedora.

Eu quero, aqui, em nome da nossa Bancada, dizer que, se é por acordo, não há vencedor, nem vencido, para evitar qualquer tipo... O veto, seja para um lado ou para o outro, sempre é uma situação constrangedora para esse debate. Aqui, não estamos discutindo o veto, estamos discutindo um pacto entre a Bancada da Maioria e a Bancada da Minoria com as Lideranças, no sentido de fazer valer uma regulação para a doação de sangue.

Nós votamos todos a favor, aqui, e a nossa Bancada referenda essa posição, junto com a Liderança da Bancada da Minoria, especialmente com o autor do projeto, o deputado Adolfo Viana, dentro dessa visão de acordo, para que não haja nenhum tipo de questionamento ou exposição pública da Casa ou do governador Jaques Wagner.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Quero agradecer e parabenizar o deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT; o deputado Zé Neto, Líder do Governo, por me ajudar a

convencer o governador do Estado de que esse é um bom projeto para os baianos. O mesmo foi aprovado à unanimidade, na semana retrasada.

Discordo do deputado Rosemberg Pinto, apenas, no sentido de que não haverá derrotados, mas vitoriosos. Tenho certeza de que daremos esse presente aos baianos. No estado do Espírito Santo, desde 2007, as pessoas que precisam de sangue são beneficiadas com um projeto similar .

Espero que esse projeto seja aprovado à unanimidade, sem nenhum tipo de veto, porque tenho certeza de que os deputados que compõem este Parlamento, têm responsabilidade, e não prejudicarão as pessoas que mais precisam.

Mais uma vez quero agradecer aos deputados Rosemberg Pinto e Zé Neto, Líder do Governo, pela grandeza que tiveram ao sensibilizar o governador em defesa desse projeto que é um bom projeto para os baianos.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:-Deputada Fátima Nunes, pedi esta questão de ordem para chamar a atenção do mal que a Constituição de 1988 fez a essa esfera média do Parlamento, que são as Assembleias Legislativas. As mesmas ficaram, praticamente, tolidas de encaminhar qualquer tipo de projeto. Acredito que alguns projetos, realmente, merecem uma maior flexibilização da Comissão de Constituição e Justiça, e dos parlamentares desta Casa. Quando estive a frente da CCJ, coloquei, muitas vezes, isso.

Quero, deputado Adolfo Viana, reconhecer o papel do deputado Zé Raimundo em relação ao projeto de V.Ex^a. O deputado Zé Raimundo foi um relator que não se apegou, simplesmente, a análise da legalidade e da constitucionalidade desse projeto, mas a análise da sua amplitude social e legitimidade. Inclusive, ele encontrou uma brecha, do ponto de vista jurídico, que fez com que ele fosse aprovado. Esse deputado, ontem, foi fundamental para que essa matéria retornasse ao governador – através do Líder Zé Neto, que se mostrou muito sensível – para que essa análise fosse realizada de forma mais detalhada, quando se dirigiu ao Líder Zé Neto, que teve uma sensibilidade muito grande.

Pedi esta questão de ordem para ressaltar o papel do deputado Zé Raimundo, parlamentar estudioso, competente e, sobretudo, de uma sensibilidade social muito grande. V.Ex^a, realmente, está de parabéns; como também, o governo e os deputados Zé Neto e Rosemberg Pinto. Enfim, todos aqueles que tiveram a sensibilidade de ver a abrangência desse projeto.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vou conceder primeiro ao deputado Zé Raimundo e, logo após, ao deputado Gaban.

Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr^a. Presidente, gostaria de – nessa linha de esclarecimento – deixar muito visível que o projeto original e o parecer original poderiam suscitar algumas dúvidas quanto a um dos itens. O governador entendeu que o projeto era legal e constitucional. Mas, em algum momento, poderia ferir o interesse público; por isso o veto do governador. O veto do governador foi naquele segunda hipótese em que a autoridade do Executivo poderia vetar o projeto, porque do ponto de vista legal, funcional, ele não arguiu essa premissa. E quanto ao interesse público, digamos que o cidadão, ao receber o incentivo para doar o sangue, poderia omitir algumas informações, e assim, do ponto de vista da saúde pública, encetaria algum malefício para a população. Esta foi a leitura subjetiva do governador.

Relatando o veto do governador na CCJ, como essa comissão trata apenas do ponto de vista legal, esse veto tinha uma base constitucional, porque a Constituição diz que ele pode vetar por incongruência da lei ou pelo interesse público. Ele vetou.

Na CCJ entendemos e votamos que procedia a legalidade do veto do governador, mas que este Plenário poderia fazer a discussão acerca do interesse público, podendo até discordar do governador, o que foi feito agora.

O nobre deputado Adolfo Viana trouxe subsídios do ponto de vista constitucional, mostrando que não teria prejuízo legal. E o entendimento de que, na verdade, a ADI não adentra a questão do interesse público. Mas nós mesmos, deputados da Bancada do governo, como o nobre deputado Paulo Rangel colocou, entendemos que, de fato, essa questão não interfere na vida do cidadão.

E assim entrou o nosso Líder, Zé Neto, com esse entendimento e convenceu o governo de que a aprovação desse projeto não traz esse malefício à população. Por isso, haveremos de votá-lo aqui, não confrontando o governo, mas dando uma outra interpretação do que é o interesse público. E na medida em que se estimula, teremos um banco de sangue mais abastecido e a população no final será a beneficiada.

Era essa a consideração, Sr^a Presidenta, que eu gostaria de fazer aqui.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Obrigado, presidenta.

Deputado Zé Neto, estou até entendendo a preocupação dos deputados do governo ao tentarem justificar. Pois bem, primeiro, foi feito um acordo na semana passada, quando o deputado Zé Neto me procurou dizendo que havia sido procurado pelo deputado Adolfo e apresentou uma decisão do Supremo sobre o assunto. Disse também que gostaria de retirar o veto e fazer um acordo para adequarmos, então,

dentro da decisão do Supremo. Fizemos o acordo e agora simplesmente será cumprido. Ou então seria desrespeitado esse acordo.

Não vejo necessidade de justificativa, até porque tivemos aqui, por exemplo, o Fundo de Preservação do Patrimônio Artístico Cultural. Eu defendi que não poderia ser na Conder, e sim no IPAC. O governador achou que não. Mas 4 meses depois mandou outro projeto para cá para dizer que o dinheiro teria de ficar no IPAC, conforme recomendei. Maravilha! Errar é humano, persistir não significa bom senso.

Da mesma forma que o Corpo de Bombeiros. Cansei de fazer pronunciamento aqui na Casa dizendo que era errado, que tinha de se dar autonomia administrativa e financeira para o Corpo de Bombeiros, como é na maioria dos estados brasileiros. O governador não entendeu assim – ou o governo, vamos assim dizer. Agora manda o projeto para cá exatamente como eu estava defendendo. Ótimo, ganha o Poder Legislativo, entendeu, deputado Zé Neto?

Existe um acordo a ser cumprido, acho que se houve um equívoco, de uma forma ou de outra, a grandeza é reconhecer esse equívoco. Como o governo já reconheceu e mandou para cá. Isso fortalece o Parlamento, o Poder Legislativo, que é o que todos nós queremos.

Então é louvável essa atitude. E quem ganha mais uma vez é o Poder Legislativo. Por isso que defendo – e volto a insistir num tema que é importantíssimo para o Poder Legislativo – que todos os projetos deveriam obrigatoriamente passar pelas Comissões Temáticas, porque é lá que os deputados têm a oportunidade de apresentar sugestões, de engrandecer os projetos, para que na hora que chegarem ao Plenário já virem com acordo.

Esses projetos que o governo aprovou com a Maioria que tem e depois teve de voltar atrás, poderiam, se fossem discutidos nas Comissões Técnicas, já ter absorvido nossas sugestões. Como este e como aquele outro que eu sugeri o aproveitamento dos royalties do petróleo para tapar o rombo do fundo de previdência. Foi sugestão minha. Mudou a posição do Estado.

É pessoal a coisa? Não! Estou trabalhando para o governo. É nossa obrigação, como parlamentar, fazer as coisas que sejam boas para o governo, para a população, e, no caso específico, para todos os funcionários públicos.

Por exemplo, o aumento do servidor público, sem entrar no mérito do valor, que, para mim, foi pífio, pois não contempla nem a inflação. O governo daria a segunda parcela do aumento só em outubro, mas, por conta de uma emenda minha, voltou atrás e será dada em julho. Eu nem explorei politicamente isso. Apenas cumpri com a minha obrigação de tentar, da melhor forma, ajudar ao servidor público. Se o governador acatou, ótimo. Quem ganhou foi o Parlamento.

Nesse caso específico, está de parabéns o deputado Adolfo pela apresentação,

por que foi atrás da jurisprudência do Supremo. Está de parabéns o Líder Zé Neto, que me procurou na semana passada para fazer o acordo. E está de parabéns, também, o governo, que acatou a decisão do Supremo. E quem ganha é o Poder Legislativo do Estado da Bahia.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, Sr^a Presidente.

Estou com paciência hoje e espero que ninguém mais peça questão de ordem.

Volto a falar desta tribuna para pedir ao deputado Zé Neto e ao deputado Elmar que assinem a dispensa de formalidades regimentais para que coloquemos na pauta desta sessão a nossa PEC do voto aberto, do ano de 2012, que foi reapresentada no dia 12, e que vejo como uma necessidade importante. Estamos vivendo momentos de constrangimento para o Poder e se já tivéssemos aprovado o voto aberto para todas as proposições, para qualquer situação, talvez não passássemos por isso.

Quero, aqui, dizer que o que a Oposição está fazendo é uma falsa polêmica. Porque se alguém quis registrar o seu voto em função da confusão que foi criada, para os 12 que quiseram mandar recado para o governador e para a Oposição digo que política não combina bem com covardia.

Temos que ter coragem de votar contra ou a favor pois, afinal de contas, uma das coisas que o governador Wagner fez em nosso Estado foi resgatar a democracia, a liberdade. Antes, sim, sabíamos que existia perseguição e marcação. Agora, vota-se em quem quiser. Eu já votei contra projetos da minha Bancada e do meu governo por entender que, naquele momento, não era o mais correto, não era o justo. Precisamos ter essa coragem.

Volto a repetir para Zé Neto e para Elmar Nascimento: assinem a dispensa de formalidades.

Quero dizer ao deputado Paulo Rangel que tenho plena concordância com a fala dele. Acho que o Poder Legislativo neste Brasil ainda tem fortes resquícios da ditadura militar e não podemos continuar aceitando isso da forma como aceitamos aqui.

Temos que reagir e abrir a discussão, resgatar o respeito ao Poder Legislativo. Qualquer pessoa que fizer um levantamento da produção legislativa, em qualquer Casa Legislativa, verá que o grande legislador é o Executivo, seja em que nível for.

Acho que o Poder Legislativo, que é importante e deveria ser o primeiro Poder, precisa resgatar sua autonomia e sua soberania. Existem pessoas nesta Casa que dizem que é assim mesmo, que afirmam que proposição de deputado não precisa ser votada.

Tenho vários projetos nessa Casa que acho que são importantes e jurei que toda

vez que subisse a esta tribuna, pediria ao presidente que colocasse em votação os projetos dos deputados. Senão não temos o que fazer e viramos despachantes de prefeitos ou das nossas comunidades.

Acho que não é esse o nosso papel. Acho que criar leis, fiscalizar o Executivo e representar os movimentos sociais são as três principais prerrogativas do Poder Legislativo nos vários níveis e que precisam ser resgatadas com toda a clareza e coragem.

Para concluir, quero dizer, somente, que estou muito feliz, pois ganhamos mais uma batalha contra o pedágio.

Disse sempre aqui que perdi a luta do pedágio. O pedágio foi instalado na Bahia, nas BAs. Discordei, e desta tribuna expressei a minha opinião. E em alguns momentos conseguimos contornar a situação, principalmente das pessoas que estão em torno das praças, porque o impacto no bolso das famílias é muito grande.

E, agora, temos mais uma vitória, que é a isenção da praça nº 1 para a população do Município de Pojuca. Foi uma luta dura: interrompendo pista, fazendo passeatas, carreatas, audiência públicas, mas ganhamos. Vale a pena lutar!

Quero aqui, dar os parabéns à deputada Maria Luiza Laudano, que é a principal representante do município, pois sei de sua colaboração nessa luta. O povo de Pojuca mostrou que não poderia aceitar aquela injustiça, porque todos os outros municípios: Mata de São João, Simões Filho, Camaçari e Dias D'Ávila pagam apenas um pedágio para chegar até Salvador. E o de Pojuca estava pagando dois; e se pegasse a CIA-Aeroporto, pagaria três. Então, não era correto, não era justo.

Parabéns à população do município. Sinto-me também representada, obviamente que não tenho o espaço eleitoral que V.Exª tem. Obtive em Pojuca quase 1.500 votos e me sinto representante do município. E fico feliz por participar, junto com V.Exª, da luta daqueles moradores.

A Bahia Norte e a Agerba fizeram justiça e o povo de Pojuca, hoje, paga apenas um pedágio para chegar até Salvador, estando isento para ir e voltar, porque havia aquela confusão. Então, passando duas vezes, está isento.

Viva a luta! Mais uma vez a gente repete que vale a pena lutar, porque só conquista quem luta.

Muito obrigada, Srª Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra à deputada Kelly Magalhães, pelo tempo de 5 minutos.

A Srª KELLY MAGALHÃES:- Srª Presidente, colegas deputadas e deputados, subo à tribuna especialmente para saudar a aprovação, ontem, do Plano

Nacional de Educação. É um grande avanço para o País. E, com certeza, só um governo comprometido como o da presidente Dilma poderia fazer um plano como o que está sendo colocado agora. Um plano que prevê investimento de 10% do PIB na educação, provando que é investindo na educação, especialmente na educação de base, na educação infantil é que vamos transformar a realidade deste País.

Portanto, para aqueles que atacam, que ofendem, que fazem a política miúda de atacar o Bolsa Família, de que é o governo do assistencialismo, está provado agora que esse, com certeza, é o governo do compromisso com aquilo que transforma a sociedade, que é a educação.

Quero parabenizar a todos que se esforçaram, construíram o debate, ouviram todas as entidades em todos os estados onde foram realizadas audiências públicas para construir um plano que tivesse a participação da sociedade, um plano que ouvisse as demandas do povo brasileiro e um plano que buscasse corrigir as injustiças construídas neste País há décadas e mais décadas.

Portanto, após a aprovação, o Plano Nacional de Educação agora segue para a sanção presidencial. É um grande avanço para este País. Está de parabéns o Congresso Nacional e estão de parabéns a presidente Dilma e o Ministério de Educação por enviarem o texto e por saberem escutar a sociedade brasileira.

Quero, no pouco tempo que nos resta, dizer que estão aqui o colega deputado Joseildo Ramos, que é o relator da CPI da Telefonia, e o deputado Paulo Azi, que é o presidente. Estou falando porque sei que a expectativa das pessoas é muito grande com a realização da audiência da comissão amanhã em Barreiras. Já informei a alguns vereadores da impossibilidade de V.Ex^{as} estarem lá para realizar essa audiência. Mas é grande o nosso esforço em fazer com que ela aconteça, especialmente pelo momento crítico que a cidade está passando, sem ter o sinal da Vivo funcionando. Vemos que as operadoras vendem milhões em pacotes, mas não expandem suas redes, e acabam prestando um péssimo serviço.

A presença da CPI da Telefonia na Cidade de Barreiras é esperada, aguardada com muita expectativa. E, com certeza, com a cobrança de que possamos ter melhores serviços e a sociedade ser escutada. Como está marcada para quarta-feira, desejo que possamos realizar esse debate, um debate em que toda a sociedade vai participar. E que possamos construir bons frutos para que a sociedade possa, de fato, ter o serviço que precisa e merece ter. Digo mais, essa questão do serviço, a própria Assembleia Legislativa, nos gabinetes, tem um péssimo serviço. Na Assembleia, dentro dos gabinetes, não há sinal de telefone quando precisamos. Nos gabinetes e nas dependências, a qualidade é lamentável, cai toda hora.

Portanto, queria chamar a atenção da Mesa Diretora. Não é possível que um deputado não consiga sequer fazer seu trabalho pelo mau serviço de sinal que temos

dentro do próprio prédio da Assembleia Legislativa. Temos que sair e ir para o meio da rua para pegar o sinal, porque dentro da Assembleia, que é o Parlamento, que tem uma CPI funcionando, tem que fazer a CPI dentro do próprio Parlamento, porque aqui não funciona.

Era só isso que tinha que dizer, colegas deputados, nobre presidente, agradeço a todos e defendo o voto aberto para que não tenhamos mais uma situação como essa. Quero dizer de alto e bom tom que o Líder do governo, deputado Zé Neto, nunca, em nenhum momento, na reunião que houve com a bancada, que é legítimo fazer para orientá-la, pediu a quem quer que fosse que fotografasse seu voto. Faço essa justiça, porque o deputado Zé Neto, muito pelo contrário, pediu que cada um votasse de acordo com sua consciência. Não houve coação, nunca houve, da parte do deputado Zé Neto. Muito pelo contrário, foi contra. Portanto, aqueles que fotografaram o voto, se houve isso, fizeram por conta própria, como fizeram alguns que acharam que deviam fotografar. Mas da boca do Líder Zé Neto, tenho que fazer justiça, não houve esse pedido.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pela oradora)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito bem, deputada Kelly Magalhães.

Agora, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Falará pelo tempo de 06 minutos a deputada Maria Luiza Laudano e pelos 06 minutos restantes o deputado José de Arimatéia.

Solicitaria aos deputados da bancada que descessem, porque depois da fala do deputado José de Arimatéia... Estamos elaborando um acordo com a Oposição para que possamos votar e liberar os Srs. Deputados para o encerramento da sessão.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 06 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, minhas queridas taquígrafas, endosso aqui, deputada Kelly Magalhães, porque já disse, inclusive, a alguns representantes da imprensa que, em momento algum, o deputado Zé Neto, na reunião, impôs à bancada essa ocorrência que houve na sessão passada. Já disse isso e estou aqui para dizer e defendê-lo, porque, realmente, não foi verdadeira a notícia de que tenha sido pelo deputado Zé Neto.

Mas venho a esta tribuna, hoje, deputada Luiza Maia, dizer a V.Ex^a que não sou militante e não faço a política, até louvo a atitude de V.Ex^a, de caminhar, ir para pedágio, botar fogo na estrada, colocar pneu, realmente, não tenho essa iniciativa.

Gosto muito do diálogo, de sentar, reunir, dialogar, insistir, cobrar, para que as coisas aconteçam, mas até que louvo essa atitude de V.Ex^a que, de qualquer maneira, ajudou para que concretizássemos o sonho do povo pojucano.

Mas só vou me portar a esse assunto na semana que vem, porque, realmente, talvez amanhã fique solucionado todo o problema. E só gosto de falar depois que afirmo e confirmo os resultados que vão acontecer. Mas agradeço a Deus e a todos aqueles que lutaram para acontecer de só pagar um pedágio e não dois ou três no município de Pojuca, porque o seu povo, sua comunidade estava sofrendo. Na próxima semana voltaremos a falar neste assunto.

Hoje, quero falar, presidente, deputados e deputadas, que temos, além do pedágio, no município de Mata de São João, a uns 200 m... (Vários Srs. Deputados falam em voz alta.)

Peço aos deputados que estão ao meu lado, que, por gentileza, façam mais silêncio.

(...) do pedágio, existe um local denominado Alto da Bela Vista, no município de Mata de São João, mas por ser tão perto de Pojuca é assistido pelo povo de Pojuca. Lá foi construída escola, instalado o serviço telefônico, perfurados poços de água, feita a conservação das ruas, fornecimento da merenda escolar, de professores, tudo isso, por ser bem próximo a Pojuca e distante mais ou menos três a quatro quilômetros do município de Mata de São João.

O que ocorre é que as carretas, que transportam óleo da Petrobras, entravam e saíam pela rua 2 de Julho, lá no município de Pojuca. A ponte que dava acesso está um caos total e não comporta mais a passagem desses carros pesados. Ocorre que esses carros da Petrobras, que estão cheios de óleo, passam, - pasmem Sr^{as} e Srs. Deputados e todos que me ouvem – por uma vila que tem casas de um lado, casas de outro onde moram mais ou menos 300 a 400 pessoas, com crianças, passam naquela rua estreita e já danificaram toda a estrada que era asfaltada para o conforto do pessoal dali, porque quando chovia era poeira brava nas casas, nas cozinhas; quando asfaltou, logo ficou toda esburacada.

Eu estou aqui para falar que vou fazer um ofício à Petrobras para que ela volte para consertar para que os carros possam passar, porque está prejudicando crianças, idosos, pessoas que lá residem, mais ou menos 300 a 400 pessoas que têm a saúde prejudicada.

Tenho interesse que isso seja realizado porque represento tanto o município de Mata de São João como o município de Pojuca e tenho muita honra de fazê-lo. Não vou deixar, nem aceitar que a Petrobras continue prejudicando a nossa comunidade que lá reside. Por isso estou fazendo esse relato. Vou fazer um ofício, já pedi até ao deputado Rosemberg Pinto, que é também funcionário da Petrobras, que me ajude a

interferir junto à Petrobras, porque é desumano vermos o que as crianças, os idosos e a comunidade estão passando.

Muito obrigada, Sr^a Presidente que tão bem preside esta sessão, pela sua tolerância de me assistir um pouco.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Ótimo, deputada Laudano.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia para fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos e transfiro a presidência para o presidente da Casa.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr^a Presidenta, Sr^a e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, venho a esta tribuna para registrar que, ontem, pela segunda vez, na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, tivemos a honra de ter uma audiência pública em prol do Hospital Martagão Gesteira, que vem desenvolvendo um excelente trabalho, pois é uma instituição filantrópica que trabalha no combate à mortalidade infantil na Bahia, e o câncer é a principal causa de morte de crianças.

Ontem, tivemos a honra de receber os representantes daquela instituição, com a presença do Dr. Carlos Emanuel, superintendente do Hospital Martagão Gesteira; a presidente da Liga Álvaro Bahia contra a Mortalidade Infantil, Sr^a Rosina Bahia Alice Carvalho dos Santos; o ex-governador da Bahia Roberto Santos; e o conselheiro da Liga Álvaro Bahia Eduardo Ataíde.

Realmente foi importante a visita, fizeram a explanação da importância desse hospital com esse trabalho que tem sido reconhecido em nível não só da Bahia, mas do Brasil. Apresentaram o Hospital Martagão Gesteira “Ontem, hoje e amanhã”. Esse é o *slogan* e o compromisso que eles têm com a saúde pública, em especial com o Estado da Bahia.

O hospital é um exemplo de amor ao próximo e excelência em gestão. Se todos os representantes dessas instituições filantrópicas tivessem a sensibilidade e o compromisso que o Martagão Gesteira tem, com certeza teríamos avançado muito no que respeita à saúde da população. O Martagão Gesteira tem combatido a mortalidade infantil, inclusive, por conta do seu trabalho, vem sendo diminuído o índice no Estado da Bahia.

O superintendente do Hospital Martagão Gesteira, Dr. Carlos Emanuel, fez uma explanação sobre os serviços prestados, detalhou o momento de crise e destacou os avanços e as perspectivas futuras da instituição.

Por fim, sugeriu que esta Casa, Sr. Presidente – aí gostaria de pedir aos Srs. Deputados, quando da votação, este ano, do orçamento para 2015 –, possa colocar uma emenda de Bancada para ajudar o Martagão Gesteira, na sua reforma, pois há

necessidade de ampliar 6 enfermarias. O Dr. Emanuel disse: “Não podemos caminhar sozinhos. Convivemos com todos com a vontade de colaborar com a nossa obra, o Martagão Gesteira é um hospital pediátrico que cuida de crianças carentes, com doenças graves, e é preciso manter vivo esse trabalho”. E agradece a todos o apoio da comissão.

Aqui, quero agradecer a todos os deputados que fazem parte da Comissão de Saúde desta Casa pelo trabalho que vem fazendo esse colegiado, com sensibilidade, em relação a esse hospital, já é a segunda audiência pública. No ano passado, realizamos uma audiência pública, e o hospital passava por dificuldades, principalmente, com pendências de pagamentos do município de Salvador.

Ontem, tive a honra de receber essa medalha comemorativa dos 90 anos da Liga Álvaro Bahia, honraria exclusiva para pessoas que lutam com afinco pelo Hospital Martagão Gesteira.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, vou passar às mãos de V.Ex^a a medalha. A Dr^a Rosina, que é presidente da Liga Álvaro Bahia contra a Mortalidade Infantil, disse que no dia em que foi entregue ao governador, V.Ex^a estava ausente, e não pôde receber a sua. Ela deixou na comissão para entregar a V.Ex^a por também ter sido um colaborador do Hospital Martagão Gesteira.

(O deputado José de Arimatéia entrega a medalha ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.)

Era isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ocupando aqui provisoriamente a presidência da Casa, bem merecida essa medalha que está sendo recebida agora pelo nosso presidente, deputado Marcelo Nilo, entregue pelo deputado e presidente da Comissão de Saúde, deputado José de Arimatéia.

Passo a presidência ao deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria muito de agradecer ao deputado José de Arimatéia e registrar aqui, com toda a consideração que tenho aos outros presidentes, que V. Ex^a, para mim, é um dos melhores presidentes de comissão desta Casa pelo trabalho que tem feito na Comissão de Saúde. Não é médico, mas tem feito um excelente trabalho.

Parabéns, deputado José de Arimatéia. Fico muito feliz quando vejo um deputado atuando realmente como V. Ex^a atua na Comissão de Saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geílson: - Atendendo ao meu Líder Adolfo Viana, não há orador .

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos. (pausa.)

Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação a Mensagem nº 4.876/2014, de procedência do Poder Executivo, “encaminhando o veto integral ao Projeto de Lei nº 20.734/2014, de autoria do Dep. Adolfo Viana, que concede, aos doadores regulares de sangue, desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos ingressos nos eventos culturais” **(Publicada do DL de 27/04/2014).**

Tem que ter quórum qualificado. O voto é secreto e tem que ter 32 deputados, mesmo se houver acordo. É constitucional, tem que ter 32 pessoas.

Zerem o painel e marquem os 25 minutos no painel. Srs. Deputados, marquem suas presenças.

(Os Srs. Deputados registram suas presenças no painel eletrônico – quórum de votação.)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Marcelo, só para explicar novamente à Bancada: nosso posicionamento é de manter o acordo que foi celebrado para votação do projeto. O governador, inclusive, ponderou que, por questão de princípio, ele...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a vai derrubar o veto do governador? O acordo é para derrubar o veto?

O Sr. Zé Neto:- É para manter o acordo anterior.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não estou entrando no mérito. O acordo de V. Ex^a é para derrubar o veto?

O Sr. Zé Neto:- É.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, o Líder do governo... Deixe dar quórum que oriento. Quer uma questão de ordem para explicar?

O Sr. Zé Neto:- Apenas porque a circunstância se deu em virtude de que há uma decisão do Supremo que não tinha sido levada ao conhecimento do procurador que fez o parecer do veto. O governador, sendo doador, tem por princípio que isso seja uma postura voluntária. O próprio secretário da Saúde tinha uma orientação do Ministério, mas há alguns estados em que já existe a lei, há, como disse, uma decisão do Supremo que norteou nosso acordo com a Oposição. Pedi ao governador que

fizéssemos um esforço para cumprir essa decisão de acordo e ele, em respeito ao Legislativo, nos concedeu a posição de poder, mesmo com o veto dele, discutir a possibilidade de viabilizar a derrubada do veto de forma negociada.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Convido os deputados a adentrarem o Plenário. Votação de veto de S. Ex^a, o governador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, é um voto com acordo, mas o voto é secreto, o quórum está muito baixo. Depois há um contra, mantém-se o veto. Tem de haver 32 votos para derrubar o veto. Tem que haver 32 “não”. O quórum está muito baixo. Vamos aguardar. Foi acordo, mas se 2 dois deputados votarem “sim”... É voto secreto.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Srs. Deputados, o deputado Zé Neto e o deputado Adolfo recomendam “não”, mas tem que haver 32 “não”.

Deputado Adolfo, vou fazer o seguinte: vou abrir a votação, mas só a encerrarei quando estiverem 45 deputados. V. Ex^a sabe que é um acordo, mas no voto secreto...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, gostaria de solicitar a V.Ex^a informar qual é o veto, qual é a matéria, qual é o projeto e como se deve votar, se “sim” é para derrubar ou “não” é para derrubar. Só a título de esclarecimento.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O voto eu explico. Srs. Deputados, silêncio, por favor.

O Sr. Paulo Rangel:- É maioria “sim”?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Têm que ter 32 votos “não”. Maioria absoluta. Vou ler para V. Ex^{as}: “O veto será apreciado no prazo de 30 dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos deputados em escrutínio secreto”. Maioria absoluta. Pelo voto da maioria absoluta dos deputados, em escrutínio secreto. Para derrubar o veto do governador tem de haver 32 “não”.

O deputado Zé Neto recomenda “não”, porque foi feito um acordo. O deputado Adolfo Viana recomenda, também, “não”. Mas tem de haver 32 votos. Eu só posso votar quando houver 45 Srs. Deputados, a não ser que V. Ex^{as} queiram. Aí, tudo bem, mas é perigoso, voto secreto é perigoso. No mínimo, 45...

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Voltou o quórum. Srs. Deputados. Peço silêncio, por favor, para explicar o

projeto. O deputado Adolfo Viana apresentou um projeto que diz o seguinte: “Concede aos doadores regulares de sangue desconto de 50% sobre o valor dos ingressos dos eventos culturais”.

O governador Jaques Wagner vetou. O deputado Zé Neto, que é o Líder do governo, conversou com ele e está recomendando a sua bancada, por acordo, derrubar o veto do governador. Para derrubar veto do governador é necessário que haja 32 votos não.

O Deputado Zé Neto, como Líder do governo, recomenda não, e o deputado Adolfo Viana, representando a Oposição, também recomenda o voto não. Mas são necessários 32 votos. O voto é secreto.

Em votação. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado da votação: NÃO, 42; SIM, 05.

Portanto, derrubado o veto do governador por acordo, e será promulgado, o projeto do deputado Adolfo Viana, pela presidência da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado pelo deputado Zé Neto. (Lê) “*Requeiro nos termos do Art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 120/2014, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, dispondo sobre sua estrutura de governança e sobre o sistema de planejamento metropolitano, institui o Fundo de Mobilidade e de Modicidade Tarifária do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Salvador – FMTC-RMS, atende o art. 13 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, no âmbito da Região Metropolitana de Salvador, autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Salvador – FRMS e dá outras providências”.*

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. Com os votos contrários dos deputados Paulo Azi, Tom Araújo, João Carlos Bacelar, Augusto Castro e Adolfo Viana.

Portanto, aprovado por maioria.

Requerimento nº 8.174/2014 (Lê) “*Requeiro nos termos do Art. 174, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.859/2014, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos das Leis nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009, nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, nº 11.373, de 05 de fevereiro de 2009, nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, nº 11.375, de 05 de fevereiro de 2009, nº 11.376, de 05 de fevereiro de 2009, e nº 13.149, de 04 de abril de 2014, na que*

indica”.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado. Contra os votos dos deputados de Oposição presentes.

Hoje à tarde nós teremos a sessão ordinária, mas o quórum, é óbvio, será mantido.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*